

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

A Ascensão da Inteligência Artificial no Ambiente Corporativo sob a Ótica dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis

Stefanny Macedo Rodrigues

EDIÇÃO ESPECIAL

PRÊMIO
SABER
CONTÁBIL

Artigos Premiados

Percepção dos Docentes Quanto à Participação Social ao Acesso e Conhecimento Sobre os Recursos Financeiros Realizados no Orçamento Público para as Instituições Públicas de Ensino Superior

Exclusiva Abracicon

A relação entre o índice ESG e o risco de fraude nas empresas da B3



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



14º Encontro Nacional da
Mulher
Contabilista

NATAL - RN • 2025

24 A 26 • SET



INSCRIÇÕES

 14enmc.com.br

SIGA O INSTAGRAM

 encontro.mulher.contabilista

Idealização



Realização



Apoio



EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO N° 50
NOVEMBRO, DEZEMBRO DE 2024 E JANEIRO
DE 2025
ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edif. CFC, 4º andar,
CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
abraciconsaber@abracicon.org.br

I. DIRETORIA DA ABRACICON

Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretor de Administração e Finanças

José Antonio de França (DF)

Diretora Operacional

Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Fábio Moraes da Costa (ES)

II. CONSELHO FISCAL

Membros efetivos

Irineu De Mula (SP)
Presidente
Jucileide Ferreira Leitão (RN)
Washington Maia Fernandes (MG)

Membros suplentes

Lucilene Florêncio Viana (AM)
Roberta Carvalho de Alencar (CE)
José Corrêa de Menezes (AM)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de
Carvalho

Conselho Editorial

Acadêmico Clovis Belbute Peres
Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.
Acadêmico José Antonio de França - Dr.
Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.
Acadêmico Fábio Moraes da Costa - Dr.

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Colaboradoras: Fernanda da Silva Costa e
Luciana Martins da Silva Sousa

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – www.cqueiroz.com.br
Fotos: Ceadas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em
artigos assinados são de exclusiva responsabilidade
de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição n° 50

Encerramos mais um ciclo e adentramos em um ainda mais próspero. No ano de 2024, a Abracicon e as Academias Regionais mostraram que o trabalho árduo e o compromisso com o bem comum são a fórmula ideal para o sucesso de qualquer entidade.

Como prova robusta desse engajamento profissional e contínuo de nossas Academias, no último trimestre, realizamos o Prêmio Saber Contábil que nasceu do propósito de valorizar a pesquisa acadêmica e reforçar a importância da inovação e do rigor técnico na contabilidade. Os trabalhos ganhadores desta 1ª edição, aqui apresentados, foram submetidos a um criterioso processo de seleção, envolvendo todas as Academias de Ciências Contábeis do país, e destacam-se por sua qualidade e relevância. São pesquisas que abordam desde os impactos da inteligência artificial no ambiente corporativo até a relação entre índices ESG e o risco de fraude nas empresas da B3, passando por estudos sobre transparência orçamentária no ensino superior.

Ao reunir esses estudos premiados, esta edição não apenas celebra o mérito acadêmico, mas também inspira as futuras gerações de pesquisadores. É com conhecimento que se constrói um futuro mais sólido para a contabilidade, uma área que, cada vez mais, se posiciona como estratégica para a economia e a sociedade. O incentivo à pesquisa não é apenas um dever institucional da Abracicon; é um compromisso com o progresso, com a valorização da profissão e com a construção



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Abracicon

de um ambiente empresarial mais ético e sustentável.

Que esta edição especial seja uma fonte de inspiração e um convite para que mais acadêmicos se dediquem à pesquisa, impulsionando novas descobertas e aprimorando o nosso campo de atuação.

Como o espaço neste editorial é insuficiente para detalhar as inúmeras ações de nossas Academias (ACCPR, Apecicon, AMCC, Agocicon, ACCRGS, ACCA e APBCICON), convido o caro leitor a conferi-las nas próximas páginas de nossa revista Abracicon Saber.

Aproveito para saudar as demais academias Regionais, agradecendo a todos os nossos Acadêmicos pelo empenho, apoio e dedicação ao longo deste ano.

Agora, nossas perspectivas para o novo ano se voltam à expansão contínua, com foco na melhoria da qualidade de nossos projetos, cursos e eventos, reforçando nossa eficiência operacional e nossa cultura de excelência.

Boa leitura.



32

A Ascensão da Inteligência Artificial no Ambiente Corporativo sob a Ótica dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis

5

Academia

Abracicon entrega Prêmios por excelência em Pesquisa Contábil



8

regionais

I Encontro de Academias Paraibanas contou com a Apbcicon para fortalecer cooperação e inovação



20

exclusiva abracicon

A relação entre o índice ESG e o risco de fraude nas empresas da B3

44

especializando-se

Quem nunca sonhou? Meu encontro com a pesquisa em contabilidade e gestão

46

artigos premiados

Percepção dos Docentes Quanto à Participação Social ao Acesso e Conhecimento Sobre os Recursos Financeiros Realizados no Orçamento Público para as Instituições Públicas de Ensino Superior

60

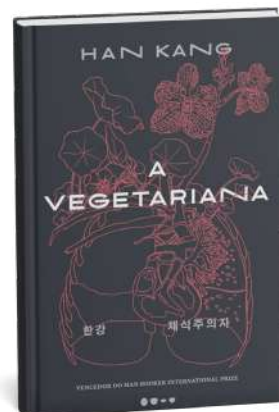
socializando o conhecimento

Custeio das Atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Política Pública de Desenvolvimento Regional (PNDR) no Brasil

68

indicações

A Vegetariana
Autor: Han Kang
Editora: Todavia



Abracicon entrega Prêmios por excelência em Pesquisa Contábil



Em solenidade realizada no dia 12 de dezembro, durante a reunião Plenária do Conselho Federal de Contabilidade, a Abracicon concedeu o prêmio Pesquisa em Ciência Contábil – Prêmio Saber Contábil aos três primeiros lugares.

O projeto foi realizado com a participação de todas as Academias de Ciências Contábeis do Brasil, que receberam em seus estados os artigos e indicaram os mais bem avaliados. Ato contínuo, os artigos foram encaminhados à Comissão Organizadora da Abracicon, que teve por responsabilidade avaliá-los e definir os três finalistas, conforme o que está estabelecido em edital.

As agraciadas com suas pesquisas são do Estado de Goiás (1º e 3º lugares), contempladas pela Academia Goiana de Ciências Contábeis (Agocicon), e do Estado de Pernambuco (2º lugar),

escolhida pela Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon).

A solenidade de premiação contou com a participação da contadora e acadêmica Sandra Maria de Carvalho Campos, na oportunidade representando a presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o diretor Financeiro, professor doutor Antonio de França, que é o idealizador do projeto.

Também participaram da entrega do prêmio os integrantes da Comissão organizadora do Prêmio Saber Contábil, os professores doutores Vicente Pacheco e Eduardo Tadeu, ambos acadêmicos da Abracicon.

Premiação – O professor Vicente Pacheco entregou o prêmio a ganhadora do 3º lugar para o trabalho intitulado “A Relação entre o Índice ESG e o Risco de Fraude

nas Empresas da B3”, de autoria de, Thaís Sousa Costa e Sara Alves Nogueira com a orientação da professora Jheneffer Silva Santos Duarte, da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps.

O professor Eduardo Tadeu, por sua vez, entregou o prêmio de 2º lugar para o trabalho intitulado “Percepção dos Docentes quanto à Participação Social ao Acesso e Conhecimento sobre os Recursos Financeiros Realizados no Orçamento Público para as Instituições de Ensino Superior”, de autoria de Marília Almeida Ferreira Mota e Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, esta última professora do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Ambas são da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Por fim, a acadêmica Sandra Campos fez a entrega da premiação ao 1º

lugar. O trabalho intitulado “A Ascensão da Inteligência Artificial no Ambiente Corporativo sob a Ótica dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis”, é de autoria de Stefanny Macedo Rodrigues, que teve a orientação da professora Ana Paula de Moraes, da Universidade Alves Faria (Unialfa).

Ao parabenizar as vencedoras por suas respectivas premiações, a contadora Sandra Campos enfatizou “a importância de iniciativas como essas para o desenvolvimento de discentes dos cursos de Ciências Contábeis”.

O prêmio – Em sua primeira edição, o Concurso de Pesquisa em Ciência

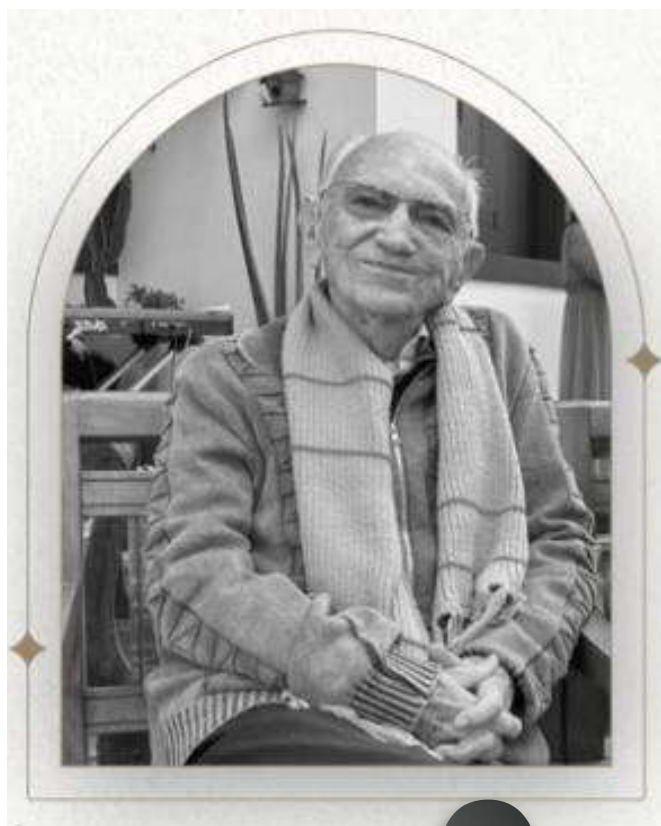
Contábil – Prêmio Saber Contábil, cujo lema é “Abraçando Talentos com o Reconhecimento”, tem por finalidade estimular e incentivar a pesquisa acadêmica, teórica e empírica, na graduação em Contabilidade, como um dos meios de preparação para o mercado de trabalho.

Nota de Falecimento

Com profundo pesar, a Abracicon comunica o falecimento do ilustre Acadêmico e patrono Hamilton Parma, titular da cátedra número 20, ocorrido no dia 15 de dezembro de 2024, no Hospital da Unimed, em Belo Horizonte.

Nascido em 28 de outubro de 1931, **Hamilton Parma** deixa um legado inestimável de amor, dedicação e contribuições significativas em sua vida pessoal e profissional, além de uma família que muito o amou: sua esposa, Heloisa Guimarães Parma, cinco filhos e nove netos. Ao longo de sua carreira, Hamilton Parma ocupou importantes cargos públicos, incluindo a função de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Delegado da Receita Federal em Minas Gerais. Além disso, foi professor de contabilidade e auditoria em diversas instituições de ensino superior.

Hamilton Parma também foi um destacado líder em sua área, recebeu diversas homenagens e comendas ao longo de sua carreira, incluindo a Medalha do Mérito Contábil do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais. Sua contribuição ao desenvolvimento da contabilidade e da fiscalização no Brasil é inestimável, e sua memória será sempre lembrada com respeito e admiração. Descanse em paz, Hamilton Parma. Sua memória será sempre lembrada com carinho e respeito.



Acadêmico recebe Comenda de São Mateus

Em solenidade realizada na noite de 29/11/2024, o contador Moacir Carlos Baggio, figura de destaque na Contabilidade paranaense e brasileira, foi agraciado com a Comenda de São Mateus, a mais alta honraria concedida pela Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR).

A cerimônia, que contou com a presença de autoridades, acadêmicos e profissionais da área contábil, celebrou a trajetória brilhante do mais novo comendador, que também é imortal da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).

Instituída pela ACCPR, a Comenda de São Mateus reconhece a contribuição de profissionais da contabilidade que se dedicam ao enriquecimento da classe profissional e ao desenvolvimento da Contabilidade como ciência. A escolha do homenageado é feita anualmente por meio de um processo que avalia a trajetória e as ações em prol da profissão.

Moacir Carlos Baggio, Acadêmico titular da cadeira 11 na ACCPR e da cadeira 76 na Abracicon, é reconhecido por sua extensa experiência como contador, auditor, perito, consultor e professor. Sua vasta produção acadêmica e atuação profissional em diversos órgãos do estado e em entidades de classe, especialmente como Contador no Tribunal de Contas do Estado do Paraná e na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, Conselheiro



Acadêmico Baggio recebendo a comenda de São Mateus das mãos da Acadêmica Nilva Amália Pasetto, Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR).

do CRCPR e presidente da ACCPR por duas vezes, o consolidaram como uma referência na área.

Ao receber a comenda, Baggio expressou sua gratidão pela homenagem e destacou a importância da contabilidade para o desenvolvimento do país. "É com grande honra que recebo essa distinção. Dedico este prêmio a minha amada esposa Salete, meus familiares, amigos e a todos aqueles que, como eu, acreditam no poder da nossa profissão para transformar a sociedade", afirmou.

Uma história de reconhecimento

A Comenda de São Mateus já foi concedida a outros grandes nomes da

contabilidade brasileira, como Pedro Steiner Júnior, Sérgio de Iudícibus, Ranoel de Souza Ribeiro, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Orlando Rodrigues Teixeira, Edilton José da Rocha, Waldemar Ponte Dura, Eliody Werneck Andrade, Dionísio Olichevis, Dalvino Nunes da Lapa Júnior, Maria do Carmo Godoy Ehlke e Luiz Fernando Torres Cardozo, demonstrando a relevância dessa honraria para a classe contábil.

Com a homenagem a Moacir Carlos Baggio, a ACCPR reafirma seu compromisso em valorizar os profissionais que contribuem para o fortalecimento da contabilidade no Paraná e no Brasil.

Apecicon celebra 47 anos com posse histórica da nova diretoria e homenagens à contabilidade



No dia 4 de dezembro, a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON) celebrou um marco histórico em seu 14º ACADEMICON, realizado na sede do CRCPE. O evento comemorou os 47 anos da APECICON, destacando sua contribuição para a valorização e fortalecimento da classe contábil.

A solenidade foi marcada pela posse da nova diretoria para a gestão 2025/2027, liderada por Cacilda Soares de Andrade, a primeira mulher a assumir a presidência da Academia. Em seu discurso, Cacilda ressaltou a importância da representatividade feminina e prestou uma emocionante homenagem

ao professor Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho, que encerrou uma década de dedicação e liderança na presidência da APECICON e agora assume a vice-presidência da Academia. Imagens de sua gestão destacaram o legado de conquistas e avanços promovidos por sua atuação.

O professor Galvão também fez seu discurso lembrando os desafios e conquistas de sua gestão, e reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da contabilidade. Durante a programação, a Profª. Dra. Christianne Calado Vieira de Melo Lopes recebeu a Medalha de Mérito Acadêmico Professor Doutor Francisco

Ribeiro Filho, reconhecendo sua contribuição à ciência contábil.

Outro destaque foi a palestra do Prof. Dr. Joaquim Osório Liberalquino Ferreira, que abordou "A Visão da Academia Perante o Sistema Contábil". O evento foi encerrado em clima de celebração com o corte de um bolo em homenagem aos 47 anos da APECICON, simbolizando união e progresso.

A APECICON reafirma seu compromisso com o avanço da contabilidade e agradece a todos que participaram deste momento especial.



Academia Maranhense de Ciências Contábeis assina o termo de cooperação institucional com o Observatório Social do Brasil – São Luís



Em consideração aos relevantes serviços prestados pelo Observatório Social do Brasil (OSB) – São Luís/MA, por meio do Sistema dos Observatórios Sociais em todo o Brasil, a Academia Maranhense de Ciências Contábeis (AMCC) assinou termo de cooperação institucional com a entidade. A ideia da AMCC é apoiar o OSB - São Luís/MA na sua reestruturação e participar ativamente do seu funcionamento, como o objetivo de abraçar todas as iniciativas que contribuam para um futuro melhor.

Esse acordo de cooperação visa oferecer acompanhamento técnico e realizar de ações conjuntas nas áreas de transparência e eficiência da gestão pública, controle social e prevenção à corrupção, à ética e à integridade nas relações entre o público e o privado. Além disso, visa unir forças e trabalho para o Observatório Social do Brasil – São Luís contribuindo com as ações da entidade com vistas ao apoio

aos gestores públicos para garantir a eficiência da gestão pública, com a fiscalização do uso dos recursos públicos e a promoção da transparência.

A parceria firmada será é no sentido de fortalecer o trabalho do OSB e da Academia, buscando o monitoramento e melhoria da gestão pública; a promoção da participação cidadã; a contribuição para a justiça social; e o fomento da cultura da cidadania fiscal.

Para a presidente da AMCC, Eulália das Neves, essa parceria vai dar visibilidade para a Academia na sociedade, além de contribuir para o aumento das ações no ano 2025. "Também contribuirá no sentido de dar um retorno à sociedade por meio do compartilhamento de conhecimento em áreas, como educação fiscal, com o papel social dos tributos; a educação para o exercício da cidadania, transformando cidadãos mais comprometido no monitoramento da gestão pública, da transparência na

aplicabilidade dos recursos públicos; e o desenvolvimento do empreendedorismo com a educação empresarial voltada para o programa de integridade nas empresas", afirmou Eulália.

Já para a presidente do Observatório Social do Brasil de São Luís, Maria do Socorro Silva, a parceria é fundamental, pois une forças para o Observatório com mais voluntários, profissionais e técnicos. "E com um vasto conhecimento que possuem os contadores, o Observatório terá profissionais mais bem qualificados e experientes para monitorar as ações do município; estar junto do gestor no apoio a integridade na prefeitura; e estar junto no cuidado com a destinação correta dos recursos do município", disse. A presidente enfatiza ainda que a "educação transforma e com a educação fiscal, de integridade e de cidadania levada à comunidade, tudo isso pode mudar a postura das pessoas no desenvolvimento do município".

Academia Goiana de Ciências Contábeis fortalece obra sobre Perícia Contábil



O contador Dr. João Luis Aguiar, presidente da Academia Goiana de Ciências Contábeis (Agocicon), contribuiu com a obra **'Vivências e Evolução da Perícia Contábil'**, com o capítulo **'As Entidades Congraçadas e a Perícia Contábil em Goiás'**. Publicada pela **Academia Paulista de Contabilidade**, a obra, escrita por renomados profissionais e intelectuais da área, sobre a coordenação dos acadêmicos Ivam Ricardo Peleias, Ângela Zechinelli Alonso e José Vanderlei Masson dos Santos, que resultou em uma inestimável contribuição à classe contábil e ao segmento acadêmico, ao se aprofundar nos meandros e na evolução da Perícia Contábil. Obra com 314 páginas, foi lançada em um magnífico evento na sede do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), em 11/11/2024, apresenta um panorama completo da evolução da perícia contábil no Brasil.

No capítulo dedicado a Goiás, o Dr. João Luis Aguiar destaca o papel fundamental de entidades como o Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO), a Associação dos Peritos Contadores do Estado de Goiás (Aspecon-GO), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon-Goiás), a própria Agocicone o Sindicato dos Profissionais da Contabilidade de Goiânia. Essas instituições são responsáveis por regular, fiscalizar e valorizar a profissão contábil no estado, promovendo a educação continuada e o aprimoramento técnico dos profissionais.

O autor aborda os principais desafios enfrentados pela perícia contábil em Goiás, como a necessidade de adaptação às constantes mudanças tecnológicas e legislativas, além da importância da ética e da independência na elaboração de laudos. Apesar dos desafios, Aguiar apresenta um cenário otimista para o futuro da perícia contábil no estado, impulsionado pela crescente demanda por profissionais qualificados em diversos setores.

A obra **'Vivências e Evolução da Perícia Contábil'** é um marco para a classe contábil, oferecendo um rico material de estudo e referência para profissionais e acadêmicos. O capítulo do Dr. João Luis Aguiar, em particular, contribui para o fortalecimento da perícia contábil em Goiás e para o desenvolvimento da profissão em todo o país.



I Fórum Nacional da Agocicon destaca a valorização do conhecimento científico na Contabilidade

Em 26 de novembro de 2024, a Academia Goiana de Ciências Contábeis (Agocicon) realizou um evento histórico: o I Fórum Nacional da Agocicon. Com o tema central "**Valorização do Conhecimento Científico na Ciência Contábil**", o evento reafirmou o compromisso da Academia em fomentar a pesquisa e a produção de conhecimento de alta qualidade na área contábil.

Reunindo renomados especialistas da área, o Fórum proporcionou um espaço rico para debates e reflexões sobre temas cruciais para a profissão contábil. Dividido em quatro painéis, o evento abordou questões como:

- **Honorários Periciais:** Um Desafio na Perícia Judicial e Extrajudicial: tendo como especialistas, incluindo Dr. João Luis Aguiar, Valdeci Ribeiro da Silva e Genezia Souza de Jesus Costa, respectivamente presidente, vice-presidente de Patrimônio e vice-presidente de Administração da Agocicon.

- **Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis:** Profa. Lidiane dos Santos Silva e Dr. Valdir Mendonça Alves conduziram um painel dedicado à análise da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, buscando identificar as melhores práticas e as tendências do mercado de trabalho.

- **ESG: Conceito, Origem e o Papel da Contabilidade:** A temática ESG, que tem ganhado cada vez mais relevância no mundo corporativo, foi abordada por Carlos Henrique Silva do Carmo, Marcelo José de Aquino e Sucena Silvia Hummel (Presidente do CRCGO). Os palestrantes discutiram o conceito de ESG, sua origem e o papel fundamental da contabilidade na sua implementação.

- **Artigos do Prêmio Goiano de Excelência na Pesquisa Contábil:** Os autores dos artigos premiados no Prêmio Goiano de Excelência na Pesquisa Contábil, entre eles Stefanny Macedo Rodrigues, Ana Paula de Moraes, Sara Alves Nogueira, Thais Sousa Costa, Jheneffer Silva Santos Duarte, Débora Souza Ribeiro e mediadora a professora Doraci Batista de Tolêdo Manguci, apresentaram suas pesquisas, demonstrando a alta qualidade da produção científica na área contábil em Goiás.

O I Fórum Nacional da Agocicon foi um sucesso absoluto, reunindo acadêmicos, profissionais da contabilidade e estudantes em torno de um objetivo comum: fortalecer a pesquisa e a inovação na área contábil. O evento serviu como um marco para a valorização do conhecimento científico e para a consolidação da Agocicon como um importante centro de debates e reflexões sobre o futuro da profissão contábil.



Academia Goiana de Ciências Contábeis elege nova gestão para o biênio 2025/2026



No dia 29 de novembro de 2024, foi realizado o processo eleitoral na Agocicon para a composição da Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio de 2025/2026, tendo sido eleita a chapa única que concorreu ao processo, composta pelos seguintes acadêmicos e acadêmicas:

I. Diretoria Agocicon

Presidente: Valdir Mendonça Alves

Diretor de Administração e Finanças: Valdeci Ribeiro da Silva

Diretor Operacional: Sucena Sílvia Hummel

Diretor de Ensino e Pesquisa: Ednei Moraes Pereira

II. Conselho Fiscal

Fábio da Silva e Almeida

Artêmio Ferreira Picanço Filho

Francisco Canindé Lopes

João Luis Aguiar

Liviel Floresta

Doraci Batista de Toledo Manguci

Em reunião realizada no mês de dezembro de 2024, a Comissão Eleitoral foi composta por Flávia Rodrigues de Melo Freitas, que presidiu o processo, e os membros Saulo Macedo Freitas e Edson Bento dos Santos, que fizeram a publicação do resultado das eleições em Assembleia Geral.



ACCRGS elege nova diretoria para o biênio 2025-2026 e homenageia liderança anterior

No dia 20 de dezembro, foi eleita a nova Diretoria da Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul. Os acadêmicos presentes à reunião virtual, por unanimidade votaram favoravelmente à chapa única regularmente inscrita, para a gestão 2025-2026. Assim, a nova diretoria da ACCRGS ficou constituída pelos seguintes acadêmicos: Presidente - Clóvis Antonio Kronbauer - Contador e Professor Universitário; Vice Presidente - Marco Aurélio Gomes Barbosa, Contador e Professor Universitário; Secretária Geral - Marilene Modesti, Contadora Profissional Liberal; Presidente da Primeira Seccional de Passo Fundo - Rafael Pavan, Contador e Professor Universitário; e, Presidente

da Segunda Seccional de Porto Alegre - Maria Ivanice Vendruscolo, Contadora e Professora Universitária. Também foram eleitos, para o mesmo biênio os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética.

Segundo o presidente eleito, o acadêmico Clóvis Antônio Kronbauer, é uma grande honra e um grande desafio ser escolhido para dirigir a ACCRGS, uma Academia atuante, de grande relevância para a classe contábil do Estado do RS e composta de grandes expoentes da classe contábil gaúcha e brasileira. O presidente eleito destacou a tamanha "responsabilidade assumida pela nova diretoria, que sucede à gestão liderada

do Professor Elói Dalla Vecchia, de valor e competência irretocáveis, características constatadas durante a liderança da ACCRGS. Elói conduziu a academia Sul Riograndense nos últimos 14 anos, com grande competência tendo exercido uma liderança de forma competente e agregadora".

O presidente e todos os componentes da nova gestão eleita expressaram sua gratidão aos colegas acadêmicos que lhes outorgaram a importante missão de conduzir os rumos da ACCRGS no biênio 2025-2026, assumindo compromisso de realizar uma gestão qualificada, o que vem sendo a tradição histórica na Academia Sul Riograndense.



Presidente Clóvis Antônio Kronbauer

“ É uma grande honra e um grande desafio ser escolhido para dirigir a ACCRGS, uma Academia atuante, de grande relevância para a classe contábil do Estado do RS e composta de grandes expoentes da classe contábil gaúcha e brasileira. ”



V Fórum Jovens Lideranças Contábeis reúne estudantes e acadêmicos da ACCA no UniNorte



No dia 9 de novembro, no Centro Universitário do Norte (UniNorte), foi realizado o V Fórum Jovens Lideranças Contábeis, direcionado a estudantes de Ciências Contábeis que contou com palestras, talk-shows e trilhas de oficinas. Estavam presentes os acadêmicos da ACCA, Dagmar Mendonça de Lyra (representando a presidente da ACCA, Maria de Fátima Brito Durães), confeitira Lucilene Florêncio Viana, Edna Maria de Oliveira Dinelli e Maria da Paz Nunes.



Presidente do CRCAM, André de Medeiros Caria, confeitira Maria da Paz Nunes, vice-presidente de Registro, Fiscalização, Ética e Disciplina do CRCAM, Dagmar Mendonça de Lyra (representando a presidente da ACCA, Maria de Fátima Brito Durães) e o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amazonas, Paulo Euzébio.



Componentes da Comissão CRC Mulher, presidente do CRCAM, André de Medeiros Caria, confeitira Maria da Paz Nunes e Edna Maria de Oliveira Dinelli



Acadêmico da ACCA assume presidência da Sociedade de Cultura Latina do Brasil em Manaus

No dia 16 de novembro, no Palacete Provincial, em Manaus/AM, o confrade da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas (ACCA) Raimundo Colares Ribeiro foi empossado como presidente da Sociedade de Cultura Latina do Brasil (SCLB).

A Sociedade de Cultura Latina do Brasil (SCLB) é voltada à promoção de eventos que incentivem o interesse pela busca do conhecimento, com a valorização da cultura, nas suas mais diversas formas de expressão literária, artística e folclórica.

Estavam presentes na cerimônia, as congreiras Maria da Paz Nunes e Stephanie Negreiros dos Santos e o confrade da ACCA Gaitano Laertes Pereira Antonaccio, que foram outorgadas com diplomas de Honra ao Mérito.



Congreira da ACCA, Stephanie Negreiros dos Santos, Katia Colares Ribeiro, presidente da SCLB e confrade da ACCA, Raimundo Colares Ribeiro, e congreira da ACCA, Maria da Paz Nunes



Congreira da ACCA, Maria da Paz Nunes e confrade Gaitano Laertes Pereira Antonaccio

Também estiveram presentes na cerimônia, membros da Associação dos Escritores do Amazonas (Asseam), representada por sua presidente Maria Franciná Lira Ribeiro; Clube Literário do Amazonas (CLAM), representado pelo seu presidente Nelson Afonso Castro da Silva; Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (AJEB-AM), representada por sua presidente Silvia Grijó Cavalcante; Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia (Alaca), representada pelo seu presidente Antônio Rômulo Valdevino de Sena; Academia de Educação do Brasil (Acebra), representada por sua presidente Cecília Maria Rodrigues de Souza; Academia de Letras do Brasil (ALB-AM), representada pelo seu presidente Deométrio Barbosa de Araújo; e Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas (Alcear), representada pelo seu fundador Gaitano Laertes Pereira Antonaccio.

I Encontro de Academias Paraibanas contou com a Apbcicon para fortalecer cooperação e inovação



O I Encontro de Academias Paraibanas aconteceu no auditório do Hospital Universitário Lauro Wanderley, no dia 23 de novembro. Inédito, o evento reuniu presidentes e acadêmicos de 16 academias, representando diversas áreas do conhecimento do Estado da Paraíba, em clima de cooperação e celebração do saber.

Carinhosamente conhecidos como “os imortais”, os acadêmicos participaram de um encontro marcado por trocas de experiências e ideias que ressoaram com a missão de promover a inovação e fortalecer os laços entre as academias e a sociedade.

Um dos pontos altos foi a apresentação do projeto **Inovacad**, conduzida pela **presidente da APBCICON, Tatiana Falcão**. O projeto pioneiro, que é de sua autoria, tem como objetivo geral incentivar a inovação e fomentar a troca de conhecimento em busca de soluções que beneficiem tanto as academias quanto a sociedade.

O encontro se destacou como uma oportunidade de debater desafios e identificar oportunidades, gerando um rico Plano de Ações com soluções para questões transversais, comuns a todas as academias participantes. A APBCICON esteve representada pelos acadêmicos Roberto Cavalcanti, Garibaldi Dantas, Tatiana Falcão e Adilis de Oliveira, que deram contribuições valiosas ao debate.



Com um foco claro na construção de um espaço colaborativo, o evento exaltou o amor pelas letras e o respeito às expressões culturais da Paraíba. Cada academia trouxe sua especificidade, promovendo um verdadeiro intercâmbio de ideias, experiências e conhecimentos. Mais do que um encontro formal, foi um momento de conexão e fortalecimento entre escritores, poetas, acadêmicos e amantes da literatura.

O evento contou com a participação de 16 academias paraibanas, todas alinhadas em um propósito comum: criar novas oportunidades de convivência e networking. Durante o encontro, acadêmicos compartilharam experiências, discutiram desafios e firmaram um acordo histórico de colaboração interinstitucional, estabelecendo as bases para uma atuação conjunta mais forte e eficaz.

A organização do evento esteve sob a liderança de três presidentes de importantes academias paraibanas:

- Luciana Rabay, da Academia Paraibana de Ciências da Administração (APCA);
- Chico Nunes, da Academia Paraibana de Ciências Econômicas (APCE).
- **Tatiana Falcão, da Academia Paraibana de Ciências Contábeis (APBCICON);**

Sob a coordenação desses líderes, o encontro foi dividido em duas etapas principais:

1. Contextualização e Visão Conjunta: apresentações que abordaram o cenário atual das academias, suas perspectivas e a proposta inovadora do projeto Inovacad.

2. Debate e Proposição de Projetos para 2025: formação de três grupos de trabalho interdisciplinares, voltados para iniciativas que serão apresentadas no próximo encontro.

O próximo evento está previsto para 15 de fevereiro de 2025, ocasião em que os grupos de cooperação apresentarão os primeiros resultados e novos projetos para o ano.



O evento contou com a participação das seguintes academias:

ABLA – Academia Bananeirense de Letras

ABRASCI – Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura

ABROL – Academia Brasileira Rotária de Letras

AFLA – Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba

ALCA-VM – Academia de Ciências, Letras e Artes do Vale do Mamanguape

ALMEP – Academia de Letras dos Militares Estaduais da Paraíba

APBCICON – Academia Paraibana de Ciências Contábeis

APCA – Academia Paraibana de Administração

APCE – Academia Paraibana da Ciência Econômica

APD – Academia Paraibana de Direito

APL – Academia Paraibana de Letras

APLJ – Academia Paraibana de Letras Jurídicas

Academia Paraibana de Letras Maçônicas

APMED – Academia Paraibana de Medicina

APP – Academia Paraibana de Poesia

ASLAC – Academia Sapeense de Letras, Artes e Cultura

O I Encontro de Academias Paraibanas reafirma o compromisso das instituições e seus membros com a promoção da ciência, cultura e desenvolvimento no estado, inaugurando uma nova era de diálogo e ação conjunta.



Roberto Cavalcanti, Garibaldi Dantas, Tatiana Falcão e Adilis de Oliveira

Academia celebra avanços do projeto Inovacad, confraternização e reconhecimento à Contabilidade na Paraíba



No dia 19 de dezembro de 2024, os acadêmicos Vilma Pereira, Paulo Roberto (diretor acadêmico), Tatiana Falcão (presidente), Rossana Guerra, Adilis de Oliveira, Roberto Cavalcanti, Garibaldi Dantas e Paulo Gildo se reuniram em Assembleia para celebrar um momento significativo na trajetória da Academia. Durante a reunião, foi realizado um balanço das ações promovidas ao longo do ano, com destaque especial para os avanços do projeto Inovacad de integração das Academias do Estado da Paraíba.

Um dos momentos mais emocionantes da Assembleia foi protagonizado pela Acadêmica e pelo professor doutor Paulo Gildo, que presenteou a Acadêmica Rossana Guerra com

um exemplar de sua autobiografia. Visivelmente emocionada, Rossana Guerra agradeceu profundamente, destacando o reconhecimento do professor Paulo Gildo à Contabilidade e ao impacto positivo de sua obra. O gesto de carinho e respeito foi um testemunho do poder transformador da literatura e da troca de saberes.

A Assembleia não apenas consolidou os avanços realizados, mas também, celebrou a confraternização dos Acadêmicos, traçando, por fim, um futuro promissor, com a força das ações desenvolvidas pelo projeto Inovacad, e reafirmando o papel essencial da Academia como protagonista na promoção da ciência, cultura e colaboração interdisciplinar.



Apacic celebra o Dia do Acadêmico Contábil e seus 15 anos com posse de novos membros e lançamento de obra histórica



No dia 21 de novembro, a Academia Paraense de Ciências Contábeis (Apacic) viveu momentos de grande celebração e reflexão durante a comemoração do Dia do Acadêmico de Ciências Contábeis, que também marcou o 15º aniversário da Academia. O evento, realizado em um cenário acolhedor e inspirador, teve início às 17h com o credenciamento dos participantes.

Durante a solenidade de abertura, o palestrante Ivaldo Renaldo de Paula Ledo compartilhou insights valiosos sobre "Os Preparativos para a COP 30". Sua palestra despertou o interesse dos presentes,

abordando as expectativas e estratégias para este evento global crucial.

Um dos momentos mais aguardados durante o momento solene foi a posse dos novos acadêmicos. O rito de passagem simbolizou não apenas o crescimento da Apacic, mas também o fortalecimento de seu compromisso com a excelência e o avanço da contabilidade.

A noite culminou com o lançamento do livro "Imortais - Patronos, Fundadores e Acadêmicos Titulares da Academia Paraense de Ciências Contábeis". A sessão de autógrafos foi um momento

especial de reconhecimento e celebração das contribuições significativas dos homenageados ao longo dos anos.

Um agradecimento especial foi direcionado ao Sr. Carlos Xavier, acadêmico honorário, cuja generosidade e apoio foram inestimáveis. Com acolhedora recepção, ele proporcionou a estrutura perfeita para que o evento fosse não apenas um sucesso, mas também um capítulo inesquecível na história da Apacic.

O encontro representou mais do que uma celebração; foi uma reafirmação do nosso compromisso coletivo com o futuro vibrante e promissor da Contabilidade.





[B]³



A relação entre o índice ESG e o risco de fraude nas empresas da B3

Thaís Sousa Costa e Sara Alves Nogueira

Resumo

Esta pesquisa explora a relação entre índices ESG e o risco de fraude em empresas brasileiras de capital aberto, abordando resultados contraditórios na literatura. O objetivo é verificar se maiores pontuações ESG estão associadas a menor risco de fraude. Foram analisadas 111 empresas listadas na B3 entre 2010 e 2022, utilizando métodos estatísticos e qualitativos. As variáveis incluem ocorrência de fraudes (dados da CVM), ESG (Eikon Refinitiv®), auditoria por Big Four, tamanho, rentabilidade e endividamento. Os resultados não confirmaram a hipótese de que maiores índices ESG reduzem o risco de fraude. No entanto, houve correlação positiva entre tamanho e endividamento das empresas com o risco de fraude,

sugerindo que empresas maiores e mais endividadas tendem a se envolver mais em atividades fraudulentas. Essas conclusões desafiam o senso comum, destacando a complexidade entre sustentabilidade, responsabilidade social, governança dos índices ESG e o risco de fraude no contexto corporativo brasileiro.

Tema: Auditoria

Palavras-Chave: Índices ESG; Risco de Fraude; Auditoria; Empresas Brasileiras.

1. Introdução

A auditoria externa é crucial para a gestão eficaz das empresas, minimizando falhas e aumentando a transparência financeira, conforme destacado por Ferreira e Silva (2018). A Lei n.º 6.404,

de 2007, alterada pela Lei n.º 11.638, de 2007, visa melhorar a clareza das informações contábeis e financeiras. Entretanto, muitos negócios ainda manipulam dados e ignoram princípios contábeis para obter vantagem no mercado, levando a perdas substanciais devido a fraudes corporativas (Henrique et al., 2023; Souza et al., 2021).

Os índices ESG (Environmental, Social, and Governance) estão se tornando cada vez mais importantes, promovendo a transparência e avaliando o desempenho das empresas em aspectos ambientais, sociais e de governança (Berg et al., 2020). O capitalismo de stakeholders e o aumento dos investimentos ESG estão reformulando as práticas empresariais, enfatizando a responsabilidade social e ambiental e melhorando a

reputação e transparência contábil das empresas (Bergamini Júnior, 2021). O ESG abrange responsabilidade socioambiental e governança ética, vislumbrando sucesso financeiro e integridade (Yamasaki e Scatolin, 2023).

Este estudo investiga a relação entre o índice ESG e o risco de fraude em empresas brasileiras listadas na B3. O objetivo é compreender essa relação e analisar como a auditoria externa e as práticas ESG podem fortalecer a transparência e prevenir fraudes em empresas de capital aberto. A pesquisa é relevante para fornecer informações para as empresas, reguladores, investidores e profissionais de auditoria sobre como melhorar a integridade e responsabilidade nas operações empresariais. A abordagem integrada da auditoria externa e dos padrões ESG como mecanismos de prevenção de fraudes é um diferencial significativo deste estudo.

A metodologia inclui uma abordagem quantitativa e qualitativa, analisando dados de 111 empresas listadas na B3 entre 2010 e 2022. As variáveis estudadas são o índice ESG, informações de fraudes corporativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e variáveis de controle como tamanho da empresa e auditorias por Big Four.

Espera-se que os resultados indiquem uma relação significativa entre o índice ESG e a ocorrência de fraudes e mostrem como práticas de governança e responsabilidade social podem mitigar riscos de fraude, contribuindo para o avanço do conhecimento na área e oferecendo ferramentas para aprimorar a governança corporativa.

“
A Resolução CFC n.º 1.217/09 reforça que o auditor deve implementar procedimentos adequados para obter evidências suficientes. Ao seguir procedimentos rigorosos, o auditor consegue uma visão abrangente dos sistemas de controle interno, possibilitando detectar falhas e irregularidades.”



2. Discussão Teórica

2.1 Auditoria Contábil

A auditoria contábil é uma ferramenta essencial para garantir a eficácia dos controles patrimoniais e a conformidade das demonstrações financeiras com as normas estabelecidas. Crepaldi (2019) destaca a importância da auditoria independente, que segue as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) TA 200, com o objetivo de analisar transações e processos financeiros de forma metódica, assegurando a confiança dos investidores e do mercado. Empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são obrigadas a passar por auditorias conforme a Lei n.º 11.638/07, para garantir transparência e confiabilidade (Crepaldi, 2023).

A Resolução CFC n.º 1.217/09 reforça que o auditor deve implementar procedimentos adequados para obter evidências suficientes. Ao seguir procedimentos rigorosos, o auditor consegue uma visão abrangente dos sistemas de controle interno, possibilitando detectar falhas e irregularidades. A postura cética recomendada pela NBC TA 200 é fundamental para evitar distorções nas demonstrações contábeis e permitir que o auditor alcance seus objetivos (Crepaldi, 2023).

Embora a detecção de fraudes não seja o foco principal da auditoria, Mattos (2017) ressalta que, quando encontradas, elas devem ser reportadas de forma clara, juntamente com recomendações corretivas. A abordagem diligente e o julgamento profissional do auditor são cruciais para identificar riscos e fraudes, conforme apontado por Crepaldi et al. (2023).

2.2 Fraude Contábil

A fraude contábil é caracterizada pela manipulação intencional de dados financeiros, conforme Crepaldi (2019), e é diferenciada de erros pela intencionalidade, conforme a Norma Internacional de Auditoria (ISA 240/09). No Brasil, o artigo 171 do Código Penal e a Lei n.º 7.492, de 1986, tratam das fraudes contra o sistema financeiro, que podem incluir lavagem de dinheiro e emissão irregular de títulos.

A responsabilidade de prevenir e detectar fraudes é da governança e gestão da entidade, conforme Silva (2014), e Koprowski et al. (2021) reforçam que a governança corporativa é fundamental para mitigar esses riscos. Em um estudo da PricewaterhouseCoopers (2020), foi revelado que 46% das empresas



Estudos revelam divergências na literatura e ressaltam a necessidade de uma investigação mais específica sobre a relação entre índices ESG e risco de fraude no Brasil.



brasileiras foram vítimas de fraudes, sendo a maioria dos casos cometida por colaboradores internos.

Casos emblemáticos como os da Enron e Petrobras mostram como fraudes contábeis comprometem a integridade das demonstrações financeiras. No Brasil, a Operação Lava Jato resultou na Lei n.º 12.846, de 2013 (Anticorrupção), visando proteger investidores e garantir transparência (Aita; Porciúncula, 2018). O Triângulo de Fraude de Cressey, conforme Machado e Gartner (2017), destaca a pressão, oportunidade e racionalização como fatores que contribuem para fraudes. Para reduzir esse risco, é necessário eliminar pelo menos um desses elementos.

2.3 Environmental, Social and Governance (ESG) e sua Relação com a Fraude

O conceito de ESG (Environmental, Social, and Governance) está cada vez mais em destaque, conforme Yu, Guo e Luu (2018), com o objetivo de medir o

impacto social e ambiental das empresas e garantir práticas de governança robustas. O ESG foi popularizado pela ONU em 2005, e desde então, tem sido uma importante ferramenta para avaliar a sustentabilidade corporativa (Yamasaki; Scatolin, 2023).

Organizações como o Sustainable Accounting Standards Board (SASB) e o Principles for Responsible Investment (PRI) têm promovido práticas éticas empresariais e a integração da sustentabilidade no centro das discussões de investimento (Christ, 2021). Embora a implementação de critérios ESG possa enfrentar desafios culturais, Redecker (2021) destaca que é essencial entender cada pilar para garantir o alinhamento com as funções sociais das empresas.

Soler e Palermo (2023) apontam que o pilar ambiental aborda questões como aquecimento global, enquanto o pilar social abrange diversidade e direitos humanos. Já o pilar de governança foca na ética e prevenção de fraudes. A promoção de uma cultura de sustentabilidade é essencial para que os critérios ESG sejam efetivos, conforme Soler e Palermo (2023). Empresas têm adotado a prática de produzir relatórios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que, submetidos à auditoria externa, aumentam a confiança dos stakeholders (Clarkson et al., 2019).

Larry Fink (2020), CEO da BlackRock, defende que o compromisso com todos os stakeholders, incluindo comunidades e investidores, é fundamental para o sucesso a longo prazo. Um estudo do PRI mostra que há uma correlação positiva entre a adoção de critérios ESG e o retorno financeiro, indicando que práticas sustentáveis podem contribuir para a rentabilidade empresarial (Bravo; Reguera-Alvarado, 2019).

2.4 Hipótese

Estudos internacionais, como o de Utz (2019), indicam que as avaliações agregadas de ESG não são eficazes na prevenção de escândalos corporativos. No Brasil, Palandi (2021) também rejeitou a hipótese de que empresas com melhores indicadores ESG estariam associadas a menos desvios morais no futuro.

Em contraste, Clementino, Gonçalves e Weffort (2022) encontraram uma associação entre a falta de relatórios de sustentabilidade e maior risco de fraude, sugerindo que empresas com menor engajamento em responsabilidade social corporativa (RSC) têm maior propensão a fraudes. Além disso, seu estudo apontou que o desempenho social e ambiental tem uma relação negativa com o risco de fraude, especialmente em empresas com maior exposição a esse risco.

Esses estudos revelam divergências na literatura e ressaltam a necessidade de uma investigação mais específica sobre a relação entre índices ESG e risco de fraude no Brasil. Com base nisso, a presente pesquisa formula a seguinte hipótese:

H1: Empresas brasileiras de capital aberto com maiores índices ESG podem apresentar menor risco de fraude.

Ao explorar essa hipótese, a pesquisa busca reconciliar as perspectivas conflitantes, avançando a compreensão sobre a interação entre ESG, e risco de fraude, contribuindo para decisões empresariais mais fundamentadas.

3. Metodologia

A metodologia de pesquisa adotada é classificada como exploratória, qualitativa e quantitativa, conforme

descrito por Silva e Menezes (2001). Para fundamentar o estudo, foi realizada uma seleção criteriosa de artigos, livros, trabalhos científicos e outras publicações relevantes, que forneceram a base conceitual necessária.

A pesquisa exploratória, conforme Gil (2008), envolveu a coleta de dados documentais e a análise quantitativa desses dados por meio de tabelas eletrônicas e testes estatísticos.

A escolha da abordagem quantitativa, conforme indicado por Gil (2002), permitiu uma investigação aprofundada e a análise das relações entre os dados para testar a hipótese formulada. Simultaneamente, a metodologia incluiu uma abordagem qualitativa que envolveu

a redução, categorização, interpretação e documentação dos dados, considerando aspectos como a natureza dos dados, o tamanho da amostra e os instrumentos de pesquisa.

As seções seguintes detalham o processo de coleta de dados e os métodos quantitativos e qualitativos utilizados, assegurando a robustez e a replicabilidade da pesquisa.

3.1 Amostragem

Para alcançar o objetivo do estudo foram levantadas todas as empresas listadas no Brasil, Bolsa e Balcão (B3), totalizando 528 empresas. Dessas empresas, foram excluídas as empresas classificadas pela

base Eikon Refinitiv® como financeiras devido às suas particularidades e legislação específica (Clementino et al., 2022). Além das empresas financeiras, foram excluídas também empresas que não obtiveram dados para cálculo de alguma variável. Ao final da amostra, sobraram 111 empresas para serem analisadas, classificadas em 10 setores, conforme Tabela 1.

Os anos selecionados para análise neste estudo abrangem o período de 2010 a 2022, uma vez que, a partir de 2010, o Brasil aderiu às normas internacionais de contabilidade, e 2022 foi escolhido como último ano devido à disponibilidade de dados completos das demonstrações contábeis. Com a combinação de dados de 111 empresas ao longo de 13 anos, obteve-se um total de 876 observações.

Tabela 1 - Amostra da Pesquisa por Setor.

Item	Descrição
Educação	4
Saúde	6
Tecnologia	7
Energia	8
Materiais básicos	12
Imobiliária	12
Consumo não cíclico	14
Indústria	15
Utilidade	16
Consumo cíclico	17
Total	111

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

3.2. Variáveis do Estudo

3.2.1. Variável Dependente

A variável dependente é aquela que sofre influência de outra variável. No caso desta pesquisa, a variável dependente é o risco de fraude (FRAUDE), que foi determinada por meio de consulta aos Processos Administrativos Sancionadores (PAS) disponíveis no site da CVM (<https://conteudo.cvm.gov.br/sancionadores/index.html>) entre 2010 e 2022. Na pesquisa de todos os PAS julgados entre 2010 e 2022, foram encontrados 614 processos.

A partir desses, foram selecionados os processos que já havia alguma condenação por fraude, resultando em um total de 36 empresas condenadas por alguma fraude ocorrida nas demonstrações financeiras. Aos processos com esta característica, foi atribuído 1; aos processos com ausência desta característica foi atribuído 0. Dessa forma, a variável FRAUDE é considerada uma dummy.

E foi realizado outro procedimento como complemento nas análises para

encontrar algum processo no nome das empresas analisadas; foi verificada sua data de abertura e julgamento, em outro campo do site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) > Consulta a Processos > Processos Administrativos Sancionadores, no campo "PROCESSO". Os processos utilizados foram os do ano de 2010 até o ano de 2022.

3.2.2. Variável Independente

A variável independente desta pesquisa foi o índice ESG, coletado da base Eikon Refinitiv®. Esse índice avalia as empresas com base em informações autorrelatadas nos pilares ambiental, social e de governança, com pontuações que variam de 1 a 100, abrangendo dados de 2010 a 2022.

Foram usadas variáveis de controle como AUD, TAM, RENT e END; AUD é uma dummy que recebe 1 se a empresa for auditada por uma das Big Four e 0 caso contrário; TAM representa o tamanho da empresa pelo logaritmo do ativo; RENT mede a rentabilidade, calculada pelo lucro líquido dividido pelo ativo total; e

END indica o endividamento da empresa, calculado pela relação entre passivo e ativo total.

A tendência, conforme Dichev et al. (2016), Lim et al. (2012) e Apostolou e Hassell (1993), é que empresas auditadas por Big Four apresentam uma relação negativa com o risco de fraude. Em relação ao tamanho da empresa, empresas maiores tendem a se envolver em maiores riscos de fraude (Chen; Martin; Mashruwala; Mashruwala, 2014; Fleming; Hermanson; Kranacher; Riley Júnior, 2016).

Quanto à rentabilidade, empresas com rentabilidade baixa tendem a ter um aumento dos riscos de fraude devido à pressão do mercado financeiro (Machado; Gartner, 2017). E quanto ao endividamento, empresas mais endividadas podem estar mais ligadas ao risco de fraude, no intuito de uma busca por melhor desempenho e melhor capacidade de pagamento de dívidas (Hasnan et al., 2020). A Tabela 2 mostra uma síntese das variáveis independentes utilizadas.

Tabela 2 - Variáveis Independentes.

Sigla	Nome	Cálculo	Sinal esperado	Fonte
ESG	Environmental, Social and Governance	Índice ESG score	(-)	Eikon Refinitiv®
AUD	Auditoria Big Four	Se auditadas por Big Four recebe 1, caso contrário 0	(-)	Formulário de Referência da B3
TAM	Tamanho	Logaritmo do ativo total	(+)	Eikon Refinitiv®
RENT	Rentabilidade	"Lucro líquido" / "Ativo total"	(-)	Eikon Refinitiv®
END	Endividamento	"Passivo" / "Ativo Total"	(+)	Eikon Refinitiv®

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

As variáveis de controle não são objeto para análise desta pesquisa, mas podem controlar a ação da variável dependente (FRAUDE).

3.3. Modelo Econométrico

Para determinar a relação entre o índice ESG e o risco de fraude, bem como para testar a hipótese de que empresas com maiores índices ESG tendem a estar envolvidas em menos fraude, foi desenvolvido o seguinte modelo econométrico:

$$\text{FRAUDE}_{it} = \beta_1 + \beta_2 \text{ESG}_{it} + \beta_3 \text{AUD}_{it} + \beta_4 \text{TAM}_{it} + \beta_5 \text{RENT}_{it} + \beta_6 \text{END}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

FRAUDE_{it} = risco de fraude da empresa i no ano t

ESG_{it} = índice Environmental, Social and Governance da empresa i no ano t

AUD_{it} = auditoria Big Four da empresa i no ano t

TAM_{it} = tamanho da empresa i no ano t

RENT_{it} = rentabilidade da empresa i no ano t

END_{it} = endividamento da empresa i no ano t

$\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5$ e β_6 são os coeficientes de estimação

ε_{it} = erro da regressão

3.4. Técnicas Estatísticas Utilizadas

A análise utilizou estatísticas univariada, bivariada e multivariada. As univariadas e bivariadas avaliaram a estrutura dos dados, enquanto a multivariada foi aplicada à análise da hipótese. Com o software Stata®, o comando Skewness/Kurtosis testou a distribuição da amostra, e a estatística descritiva observou a média, mediana, desvio-padrão, valores mínimos e máximos, além das frequências.

A correlação de Pearson, escolhida por tratar-se de variáveis majoritariamente quantitativas, mediu a associação entre duas variáveis (Fávero; Befiore, 2017). Para testar a hipótese, foi estimado o modelo de regressão logística, adequado à variável dependente dicotômica (FRAUDE), que segue a distribuição de Bernoulli (Fávero; Befiore, 2017).

O teste de Chow definiu o melhor modelo entre pooled e efeitos fixos. O teste LM de Breusch-Pagan comparou pooled e efeitos aleatórios, rejeitando o pooled em ambos os casos. Por fim, o teste de Hausman rejeitou o modelo de efeitos fixos, resultando na escolha de efeitos aleatórios (Fávero; Befiore, 2017).

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1. Análises dos Dados da Estatística Descritiva Univariada

O teste de Skewness/Kurtosis indicou que os dados não seguem uma distribuição normal, com um p-value abaixo de 0,05. Um p-value abaixo do valor mínimo rejeita a hipótese nula de que os dados seguem uma distribuição normal, indicando que os dados não são

normalmente distribuídos. Esse resultado sugere que são necessárias abordagens estatísticas alternativas ou ajustes nos modelos devido à não normalidade dos dados.

As variáveis usadas para indicar o risco de fraudes corporativas foram classificadas em contínuas e categóricas, permitindo análises específicas e detalhadas sobre seu comportamento em relação às fraudes.

A análise estatística bivariada calculou a média, mediana, desvio-padrão, mínimo e máximo das variáveis quantitativas ESG, TAM, RENT e END, conforme mostrado na Tabela 3. Esse procedimento descritivo ajudou a entender melhor as características e distribuições dessas variáveis, permitindo uma análise mais aprofundada dos dados.

Tabela 3 - Estatística Descritiva dos Dados.

Variáveis	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Observações
ESG	50,6791	52,9300	20,0878	1,2600	93,0100	876
TAM	23,6451	23,5440	1,2180	20,1850	27,6183	876
RENT	0,0496	0,0507	0,1222	-1,4187	1,0695	876
END	0,6238	0,6160	0,2394	0,0038	2,6448	876
END	Endividamento	"Passivo" / "Ativo Total"	(+)			Eikon Refinitv®

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Na análise da variável ESG, observa-se grande variação entre empresas: algumas têm índices próximos a 100, refletindo forte compromisso com ESG, enquanto outras estão muito abaixo. A média indica um comprometimento moderado geral, sugerindo que muitas empresas ainda não priorizam a divulgação desses dados, o que pode refletir uma falta de compromisso com as boas práticas empresariais.

A variável tamanho (TAM) revela pouca variação, com as empresas mantendo um padrão de tamanho semelhante. Isso sugere uma estabilidade relativa nas dimensões das empresas, com ativos variando entre milhões e trilhões, indicando consistência e estabilidade.

A variável rentabilidade (RENT) mostra valores próximos de zero para a maioria das empresas, indicando baixa dispersão e alta rentabilidade média. De 709 observações com indicadores positivos e 167 com indicadores negativos, a predominância de valores positivos sugere que, em geral, as empresas são financeiramente saudáveis.

A variável endividamento (END) apresenta grandes variações de quase zero a valores próximos de dois. Valores próximos a 1 indicam alto endividamento, enquanto valores próximos a zero indicam baixo endividamento. A média sugere um nível moderado de endividamento,

forneendo informações sobre a relação entre ativos e passivos e a capacidade de pagamento das empresas.

4.2 Análises dos Dados Estatísticas Variáveis Dicotômica

A análise descritiva das variáveis FRAUDE e AUD examinou a frequência de casos de fraude e de auditorias realizadas pelas Big Four entre 2010 e 2022. Isso ajudou a entender a incidência de fraudes e o papel das principais empresas de auditoria, oferecendo uma visão geral da integridade financeira das organizações, como demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Estatística Descritiva Dicotômica de FRAUDE e AUD.

FRAUDE		AUD	
Observações com fraude	53	Auditadas por Big Four	796
Observações sem fraude	823	Não auditadas por Big Four	80
TOTAL	876	TOTAL	876

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A análise revela que a maioria das empresas não apresentou indícios de fraude entre 2010 e 2022 e que a maioria é auditada pelas Big Four. Isso sugere que a auditoria rigorosa dessas grandes firmas, conhecidas por sua transparência e qualidade, pode contribuir para a prevenção e detecção de fraudes, resultando em uma menor incidência de práticas fraudulentas.

4.3 Estatísticas Bivariadas

A análise da estatística bivariada, utilizando o coeficiente de Pearson,

visa estabelecer a correlação entre duas variáveis, variando de 0 a 1, com possíveis direções positiva ou negativa. Quando o coeficiente é 1, indica uma correlação perfeita.

Os resultados incluem o coeficiente de correlação e o grau de significância, que é classificado em três níveis pela estatística: 1% (alto grau de significância), 5% (grau médio) e 10% (limite máximo aceito). Resultados com significância superior a 10% são considerados não significativos e, portanto, não oferecem informações relevantes.

A abordagem estatística permite avaliar a intensidade e a confiabilidade das

relações entre variáveis, identificando associações significativas, contribuindo para uma interpretação mais robusta dos dados analisados conforme demonstrado na Tabela 5.

Ao analisar a correlação entre FRAUDE e ESG, nota-se uma correlação positiva de 0,1176, com um grau de significância de 0,0005, inferior a 0,01, o que é considerado como o valor mínimo aceito. Essa correlação implica que, à medida que os dados de ESG aumentam, os dados de FRAUDE também aumentam, indicando um índice ESG positivo com uma significância menos de 1%.

Tabela 5 - Correlação Bivariada

	FRAUDE	ESG	AUD	TAM	RENT	END
FRAUDE	1.0000					
ESG	0,1176***	1.0000				
AUD	-0,0858**	-0,0084	1.0000			
TAM	0,2950***	0,5255***	-0,0205	1.0000		
RENT	-0,0239	0,0590*	0,1028***	0,0039	1.0000	
END	0,0230	0,2123***	-0,2375***	0,1902***	-0,3582***	1.0000

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Nota: *** indica significância a 1%. ** indica significância a 5%. * indica significância a 10%. (bicaudal).

A correlação entre FRAUDE x TAM, ESG x TAM, ESG x RENT, AUD x RENT, ESG x END e TAM x END também obtiveram correlação positiva com significância aceitável, indo de baixa a moderada correlação, visto que o menor coeficiente foi 0,0590 e o maior 0,5255.

Já a correlação entre FRAUDE x AUD,

AUD x END e RENT x END revela um padrão diferente, com os dados crescendo de maneira inversa, também a um significância aceita, indo de baixa (-0,0858) a moderada (-0,3582).

Para as demais variáveis, não foi identificada significância, indicando a ausência de correlação.

4.4 Análises dos Resultados do Modelo de Regressão Logística

Para avaliar o modelo de regressão logística em painel, foram realizados testes considerando os efeitos pooled, fixo e aleatório. A regressão apresentou uma precisão de 11%, indicando a relação entre as variáveis dependente

e independente no modelo de efeito aleatório, com significância estatística. O teste Hausman indicou o modelo de

efeitos aleatórios como o mais adequado, rejeitando os efeitos fixos. Além disso, foi analisada a capacidade preditiva do ESG

sobre a variável dependente FRAUDE, com os resultados da regressão logística apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Regressão Logística.

FRAUDE	Coef.	Erro padrão	Z
ESG	-0,0416	0,02	-1,57
AUD	-0,8771	1,01	-0,87
TAM	1,7740***	0,63	2,78
RENT	2,9504	3,16	0,93
END	3,2848*	1,98	1,66
Cons.	-50,1278***	15,15	-3,31
Prob > F	0,00		
Wald chit ²	11,41		
Obs	876		

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Nota: *** indica significância a 1%. ** indica significância a 5%. * indica significância a 10%. (bicaudal).

A análise de regressão logística indicou que não há uma relação estatisticamente significativa entre os índices ESG e a ocorrência de fraudes nas empresas estudadas. Apesar do coeficiente negativo para ESG, a falta de significância estatística não confirma essa relação. Em contraste, empresas auditadas por grandes auditorias tendem a ter uma probabilidade menor de fraudes, embora essa relação também não seja estatisticamente significativa.

O tamanho da empresa (TAM) e o endividamento (END) estão positivamente associados à fraude e apresentam significância estatística, indicando que empresas maiores e mais endividadas têm mais fraudes. A

variável rentabilidade (RENT) não mostra significância estatística.

A hipótese de que um maior índice ESG reduz a ocorrência de fraudes é rejeitada. Estes resultados são divergentes dos encontrados por Clementino, Gonçalves e Weffort (2022) e Clementino e Gonçalves (2022), mas estão alinhados com os estudos de Utz (2019) e Palandi (2021), que também não encontraram relação entre o índice ESG e o risco de fraude.

5. Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre o índice ESG e o risco de fraude em empresas listadas na B3, com

a hipótese de que maiores índices ESG resultariam em menor risco de fraude. Foram analisadas 111 empresas ao longo de 13 anos (2010 a 2022), por meio da variável independente ESG, coletada da base de dados Eikon Refinitiv® e da variável dependente FRAUDE, determinada por meio de processos administrativos sancionadores da CVM. As variáveis de controle incluíram auditorias por Big Four, tamanho da empresa, rentabilidade e endividamento.

Os resultados obtidos por meio de regressão logística não confirmaram a hipótese principal, uma vez que não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa entre o índice ESG e o risco



A pesquisa destacou a falta de significância estatística nas variáveis ESG e auditoria, questionando a eficácia dos índices ESG como preditores de desvios morais e a influência das grandes auditorias no Brasil.



de fraude, embora o coeficiente tenha se apresentado negativo.

Alguns estudos anteriores também revelaram falta de relação, como o de Utz (2019) que identificou que as avaliações ESG agregadas que consistem em indicadores retrospectivos e prospectivos não são úteis quando se trata de prever escândalos empresariais e Palandi (2021), que não confirmou a capacidade dos índices ESG em prever desvios morais.

O estudo também identificou uma correlação positiva entre o tamanho da empresa e o risco de fraude, indicando que empresas maiores, com operações mais complexas, apresentam maior probabilidade de se envolverem em fraudes. Entretanto, a pressão do mercado financeiro sobre empresas mais endividadas (END) contribui para o aumento dos riscos de fraudes, o que pode ser evidenciado pela relação

positiva entre a endividamento e o risco de fraude.

A pesquisa destacou a falta de significância estatística nas variáveis ESG e auditoria, questionando a eficácia dos índices ESG como preditores de desvios morais e a influência das grandes auditorias no Brasil. Apesar da hipótese rejeitada, os resultados desafiam crenças convencionais, evidenciando a complexidade entre sustentabilidade, governança e o risco de fraude. Essa descoberta sugere que o cenário empresarial brasileiro é complexo e a prevenção de fraudes requer uma análise mais abrangente e contextualizada.

Para futuros estudos, é importante incluir novas variáveis e aprofundar a análise de fatores que possam influenciar o risco de fraude. Ampliar a pesquisa para empresas de outros países pode oferecer uma visão global do problema, permitindo avaliar como políticas governamentais, cultura organizacional e práticas de governança corporativa afetam o risco de fraude, podendo ser uma direção interessante para pesquisas futuras.

Em suma, esta pesquisa oferece insights valiosos, entretanto, deixa espaço para mais investigações e reflexões sobre a complexa interseção entre sustentabilidade, responsabilidade social e governança (ESG) e o risco de fraude no contexto empresarial das companhias de capital aberto brasileiras.

Referências

Aita, Fernando Pereira; Porciuncula, Luciana. (2018). Contabilidade criativa e fraudes contábeis: os impactos nas empresas e a questão ética do profissional contábil. <https://acesse.dev/GQKSk>

Apostolou, Bárbara; Hassel, João M. (1993). An empirical examination of the sensitivity of the analytic hierarchy pro-

cess to departures from recommended consistency ratios. *Mathematical and Computer Modelling*, v. 17, n. 4–5, p. 163–170. [https://doi.org/10.1016/0895-7177\(93\)90184-Z](https://doi.org/10.1016/0895-7177(93)90184-Z)

Association of certified fraud examiners. ACFE. Report to the Nations. 2022. Global Fraud Study. <https://legacy.acfe.com/report-to-the-nations/2022/>

Berg, Florian; Koelbel, Julian F.; Rigobon, Roberto. (2020). Aggregate Confusion: The Divergence of ESG Ratings. SSRN 3438533. <https://encr.pw/jSL8n>.

Bergamini Júnior, Sebastião. (2021). ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. *Pensar Contábil*, v. 23, n. 80. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view-File/3630/2772>

Brasil. (2021). Comissão de Valores Mobiliários. Resolução CVM N.º 59, republicada com as alterações decorrentes da edição da resolução CVM N.º 87 e da Resolução CVM N.º 168/22. <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/001/resol059consolid.pdf>

Brasil. (1940). Decreto Lei n.º 2.848, de 07 de Dezembro de 1940. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del-2848compilado.htm

Brasil. (1986). Lei n.º 7492, de 16 de junho de 1986. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7492.htm

Brasil. (2007). Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.638&text=LEI%20N%C2%BA%2011.638%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202007.&text=Alter%20e%20revoga%20dispositivos%20da,e%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20de%20demonstra%C3%A7%C3%B5es%20financeiras

Bravo, Ferreira; Reguera y Alvarado, N. (2019). Divulgação de Desenvolvimento Sustentável: Relatórios Ambientais, Sociais e de Governança e Diversidade de Gênero no Comitê de Auditoria. *Estratégia Empresarial e Meio Ambiente*, V. 28, N. 2, P. 418-429,

Chen, Ting; Martins, Xiumin; Mashruwala, Christina A.; Mashruwala, Shamin. (2014). The Value And Credit Relevance Of Mul-

tiemployer Pension Plan Obligations. *The Accounting Review*, V. 90, N.º 5, P. 1907-1938. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2522955

Christ, Luiz Filipe. (2021). *Eventos ESG negativos: a influência no portfólio do investidor*. 1997. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Fundação Getúlio Vargas — Escola de Economia de São Paulo. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31155/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Luiz%20Filipe%20Christ.pdf>

Clarkson, Peter; Li, You; Richardson, Gordon; Tsang, Albert. (2019). *Causas e consequências da garantia voluntária de relatórios de RSE: evidências internacionais envolvendo a inclusão do Índice de Sustentabilidade Dow Jones e avaliação de empresas*. Ed. Esmeralda. Publicação Limitada, Vol. 32, N. 8. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAJ-03-2018-3424/full/html>

Clementino, Erica Patrícia Modesto; Gonçalves, Rodrigo de Souza; Weffort, Elionor Farah Jreige. (2022). *Influência da Credibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade no Risco de Fraude das Empresas Brasileiras Listadas na B3*. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22uspinternational/ArtigosDownload/3659.pdf>

Conselho Federal de Contabilidade. (2016). CFC. NBC TA 200 (R1): *Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria*. SRE - Sistema de Resoluções (cfc.org.br).

Conselho Federal de Contabilidade. CFC. Resolução nº 1.217/09: NBC TA 500 – *Evidência de Auditoria*. https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1217_2009.htm

Crepaldi, Sívio Aparecido. (2019). *Auditoria Contábil - Teoria e Prática*. 11. ed. Editora Grupo GEN (Atlas). <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022780/>

Crepaldi, Sívio Aparecido; Crepaldi, Guimarães Simões. (2018). *Contabilidade de custos*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Crepaldi, Sívio Aparecido; Crepaldi, Guimarães Simões. (2023). *Auditoria Contábil: Teoria e Prática*. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775002/>

Dichev, I., Graham; J. Harvey, C. R.; Rajgopal, S. (2016). *The Misrepresentation Of Earnings*. *Financial Analysts Journal*.

Dupont, Quentin; Karpoff, Jonathan M. (2020). *The Trust Triangle: Laws, Reputation, And Culture In Empirical Finance Research*. *Journal Of Business Ethics*, V. 163, N. 2, P. 217-238. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-019-04229-1>

Fávero, L. P.; Belfiori, P. (2017). *Manual de Análise de Dados: Estatística e Modelagem Multivariada Com Excel, Spss e Stata*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Ferreira, Natália Aparecida dos Santos; Silva, Breno Eustáqui da Silva. (2018). *Auditoria Externa: Detecção e Correção de Erros e Fraudes Como Instrumento de Crescimento Empresarial*. <https://www.dspace.doctum.edu.br>

Ferreira, Thayse Ana.; Leismann, Edison Luiz. (2020). *Lei Anticorrupção: Conhecimento e Percepção na Academia a Partir de Diferentes Condições Socioeconômicas*. *Administração de Empresas Em Revista*, V. 2, N. 20, P. 216-234.

Finks, Laurence Douglas. (2020). *A Fundamental Reshaping Of Finance*. Blackrock. <https://www.blackrock.com/americas-offshore/en/larry-finkceo-letter>

Frederici, Dorival Hamilton; Oliveira, Leonardo Henrique De; Flores, Michel Pereira; Santana, Willian César Rui; Silva, Suéllen Danúbia Da. (2018). *Auditoria Contábil Independente e a Importância da Sua Aplicação nas Empresas*. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, V. 7, N. 14. <https://revista.domalberto.edu.br/revista-decontabilidade/2018/07/14/view/98>

Gil, Antônio Carlos. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.

Gil, Antônio Carlos. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

Hasnan, S.; Razali, M. H. M. ; Hussain, A. R. M. (2020). *The Effect Of Corporate Governance And Firm-specific Characteristics On The Incidence Of Financial Restatement*. *Journal Of Financial Crime*.

Henrique, Marcelo Rabelo; Oliveira, Nicole da Silva; Saporito, Antonio; Braz, Sandro. (2023). *Fraudes Contábeis: Um Estudo de Caso Em Empresas Brasileiras*. <https://revista.domalberto.edu.br/revistadecon>

tabilidade/2023/07/14/download/857/766/

Koprowski, Sirlene; Krein, Viviane, Mazzioni, Sady; Baú Dal Magro, Cristian. (2021). *Governança Corporativa e Conexões Políticas nas Práticas Anticorrupção*. *Revista de Administração de Empresas*, V. 61, P. E20190797. <https://www.scielo.br/j/rae/a/9xnh3sfjrxzczdxdtzskc/?format=pdf&lang=pt>

Lim, Thian; Lim Xiu Yun, Jéssica; Liu, Yun; Jiang, Haozhe. (2012). *Red Flag – Characteristics Of Fraudulent U.s. Listed Chinese Companies*. *International Journal Of Management Sciences And Business Research*, V. 1, N. 10, P. 2226–8235. <https://doi.org/10.5465/amr.2011.0193>

Lopes, Leonardo. (2020). *Combate a Fraudes e Crimes Econômicos: Uma Batalha Sem Fim*. https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/consultoria-negocios/2020/pesquisa_sobre-fraudes-e-crimes-economicos-2020-pwc-brasil.pdf

Machado, Rodrigo; Michele, Rilany; Gartner, Ivan Ricardo. (2017). *Triângulo de Fraudes de Cressey (1953) e Teoria da Agência: Estudo Aplicado a Instituições Bancárias Brasileiras*. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. <https://www.scielo.br/j/rcf/a/cnqdzdjjsk7fsl6gkkgkz/?format=pdf&lang=pt>

Mattos, João Guterres De. (2017). *Auditoria*. Porto Alegre: Sagah Educação.

Palandi, Mariana. (2021). *Índices Esg Como Preditivos dos Desvios Morais das Empresas Brasileiras*. In: *Xxiv Semead Seminários Em Administração*. São Paulo: USP. https://login.semead.com.br/24semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=1764

Principles For Responsible Investment. PRI. (2015). *Um plano estratégico para o investimento reponsável*. [s.l.: s.n.]. <https://www.unpri.org/download?ac=9956>

Redecker, Eva Von. (2021). *Autoritäre Akkumulation*. *Deutsche Zeitschrift Für Philosophie*, V. 69, N. 6, P. 897–914. [autoritäre Akkumulation \(degruyter.com\)](https://www.degruyter.com)

Resolução CFC N.º 1.207: NBC TA 240. *Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude*. <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A013-2012-IAASB-Handbook-ISA-240-PT.pdf>

Silva, Edna Lucia Da; Menezes, Estera Muszkat. (2001). *Metodologia da Pesquisa*

e Elaboração de Dissertação. 3. Ed. Florianópolis: UFSC.

Silva, Jeovan Lourenço Da. (2014). A Contribuição da Auditoria Com a Melhoria Contínua de Controle Interno para Minimização de Riscos de Fraudes nas Organizações. Dissertação (mestrado). Programa de Estudos Pós-graduados Em Ciências Contábeis e Atuariais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 114f. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1589>

Soler, Fabrício; Palermo, Caroline. (2023). ESG (ambiental, social e governança): da teoria à prática. Editora Saraiva. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624276/>.

Souza, Paulo Vitor Souza De; Silveira, Elmo Dias Da; Britto, Paulo Augusto Pettenuzzo De. (2021). Fraude Corporativa e Gerenciamento de Resultados Em Companhias Abertas Brasileiras. Revista de Contabilidade do Mestrado Em Ciências Contábeis da UERJ, v. 26, n. 1, p. 3–19. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmc-cuerj/article/view/69116>

Ungaretti, Marcella. (2020). ESG de A a Z: Tudo o que você precisa saber sobre o tema. Expert XP. <https://conteudos.xpi.com.br/esg/esg-de-a-a-z-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-tema/>

Utz, Sebastian. (2016). Corporate scandals and the reliability of ESG assess-

ments: Evidence from an international sample. Review of Managerial Science, v. 13, p. 483-511, 2019.v. 1, n. 1, p. A27-A41.

Yamasaki, Beatriz Máximo; Scatolin, Carolina Lanzini. (2023). ESG e Compliance: benefícios de sua aplicação em pequenas e médias empresas. J2, v. 6, n. 2, p. 79-88. C:/Users/saraa/OneDrive/Documentos/CONTABILIDADE/TCC%20CONTABILIDADE/ARTIGOS/ESG.pdf

Yu, E. P.; Guo, C. Q.; Luu, B. V. (2018). Transparência ambiental, social e de governança e valor da empresa. Estratégia Empresarial e Meio Ambiente, v. 27, n. 7, p. 987-1004.



Thaís Sousa Costa

Ciências Contábeis – Faculdade Unida de Campinas
guimaraesthais001@gmail.com
<https://lattes.cnpq.br/6402321039263973>



Sara Alves Nogueira

Ciências Contábeis – Faculdade Unida de Campinas
saraalves12016@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2616103088719044>

A Ascensão da Inteligência Artificial no Ambiente Corporativo sob a Ótica dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis

Stefanny Macedo Rodrigues

PRÊMIO
**SABER
CONTÁBIL**

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a percepção dos estudantes de bacharelado do curso de Ciências Contábeis sobre a expansão e utilização da inteligência artificial no ambiente corporativo. A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, quantitativa e de levantamento (Survey), composta de perguntas fechadas, baseada

na escala Likert. A amostra foi composta de 223 discentes de uma Instituição de Ensino Superior, localizada no Estado de Goiás, referente ao período de março a maio de 2024, o que representa 58 % do total de estudantes. Os resultados revelaram uma mistura de otimismo e preocupação entre os discentes, que reconhecem o impacto positivo da IA, mas também temem os desafios que ela

impõe. A demanda por capacitação em IA é clara, assim como a necessidade de adaptação contínua às mudanças tecnológicas. Este estudo contribui para entender o impacto da IA na formação e trajetória profissional dos estudantes em um contexto de rápida transformação tecnológica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Ciências Contábeis. Mercado de Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a substituição de postos de trabalho por máquinas não é recente (Anton et al., 2020; Silva, 2023). Desde a Primeira Revolução Industrial, dúvidas sobre a manutenção dos empregos surgem a cada nova onda de mecanização, como aconteceu com a popularização dos computadores nos anos 1990 e a expansão da internet (Gervasoni, 2023; Rodrik e Stantcheva, 2021). Embora essas transições tenham criado oportunidades e contribuído para sociedades mais prósperas, nenhuma resultou em uma substituição em massa do trabalho humano (Khuat et al., 2023; Pchelnikova, 2022).

Atualmente, a Inteligência Artificial (IA) também gera expectativas e tem implicações globais que estão transformando as sociedades e continuarão a fazê-lo (Nguyen, 2023). A IA tem o potencial de melhorar o bem-estar das pessoas, promover inovação e produtividade e enfrentar desafios globais (Li et al., 2023). De acordo com Paul Daugherty (2019), diretor de tecnologia da Accenture, a IA ampliará oportunidades de emprego, capacitando os humanos a realizar tarefas de forma mais eficiente. No entanto, o receio da perda de empregos devido a tecnologias disruptivas, como IA e robótica, persiste, intensificado pela redução dos custos de implementação dessas tecnologias (Araújo, 2020; Ferreira, 2023).

Projeções indicam que até 2030, cerca de 800 milhões de trabalhadores poderão perder seus empregos para a IA (McKinsey & Company, 2017), e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que a mecanização industrial poderá afetar 50% dos postos de trabalho até 2025. Estudiosos como Peter Singer e Klaus Schwab alertam para os impactos da Quarta Revolução

“ Considerando que a IA está transformando setores como gestão e contabilidade. Entender a percepção desses estudantes é essencial, pois suas opiniões podem influenciar diretamente a capacidade das empresas de se adaptarem e inovarem frente a essas mudanças tecnológicas. ”

Industrial. Embora a produtividade tecnológica tenha historicamente melhorado o padrão de vida (Atack, Margo, Rhode, 2019; Salomons, 2018), há incertezas quanto aos impactos das inovações atuais, questionando se elas são mais transformadoras do que as revoluções anteriores (Eurofound, 2018).

Nesse contexto, a questão central é: **Qual é a percepção dos estudantes de bacharelado do curso de Ciências Contábeis com relação à expansão e utilização da IA no ambiente corporativo?** Para responder à questão de pesquisa, o objetivo deste estudo é investigar a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis, sobre a expansão e utilização da inteligência

artificial no ambiente corporativo.

Considerando que a IA está transformando setores como gestão e contabilidade. Entender a percepção desses estudantes é essencial, pois suas opiniões podem influenciar diretamente a capacidade das empresas de se adaptarem e inovarem frente a essas mudanças tecnológicas. Ademais, a maioria dos estudos sobre IA foca nos efeitos macroeconômicos e tecnológicos, negligenciando a perspectiva de futuros profissionais em áreas como a contabilidade (Bonalde, 2023). Portanto, compreender como esses futuros contadores percebem a IA é essencial, pois suas opiniões influenciam diretamente a adaptação das empresas às novas tecnologias (Manyka et al. (2015).

Esta pesquisa contribui no aspecto teórico em fornecer dados empíricos para o avanço das teorias sobre adoção da IA no ambiente de negócios, ampliando o conhecimento em contabilidade e administração. No âmbito social, contribui na conscientização de discentes sobre os desafios e oportunidades da IA incentivando a preparação para o futuro do trabalho. No aspecto prático, oferece subsídios para o desenvolvimento de programas de treinamento e qualificação profissional, auxiliando na aquisição das habilidades necessárias para lidar com a IA.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Origem da Inteligência Artificial

Em 1950, Alan Turing propôs o teste de Turing – uma máquina capaz de simular a comunicação escrita humana. Se pelo menos um terço dos participantes acreditasse estar conversando com um humano, a máquina seria considerada "inteligente" (Turing, 1950). Esse

experimento pioneiro gerou discussões importantes sobre Inteligência Artificial (IA), mais tarde retratadas no filme "Jogo da Imitação" (Tyldum, 2015). Em 1951, Marvin Minsky desenvolveu a SNARC, a primeira máquina de rede neural artificial, com 40 neurônios conectados, capaz de aprender de forma autônoma ao navegar em um labirinto virtual (Minsky, 1951). Esse modelo serviu de base para futuras estruturas de IA.

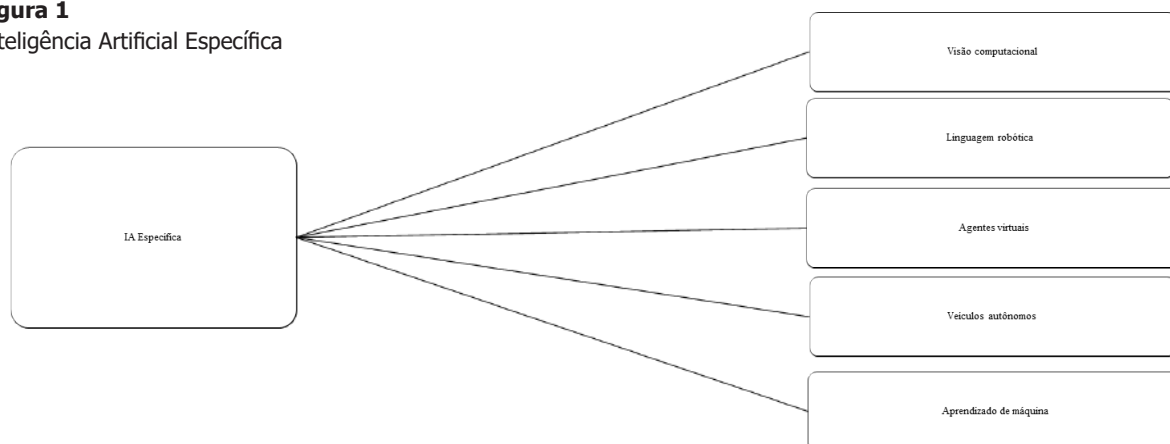
As décadas de 1950 e 1960 trouxeram avanços importantes para a IA. Em 1957, Frank Rosenblatt apresentou o Perceptron – um algoritmo de rede neural de camada única. Em 1958, a linguagem de programação Lisp foi criada, tornando-se um padrão em sistemas de IA. No ano seguinte, o termo "machine learning" foi introduzido, referindo-se a sistemas que aprendem sem programação explícita. Em 1964, Joseph Weizenbaum desenvolveu Eliza, o primeiro chatbot, no MIT. Após

um período de retração no pós-guerra, os investimentos em IA foram retomados no final dos anos 1980, enquanto outros avanços, como a expansão da internet, dominaram a década de 1990.

Nos anos 2000, a IA começou a ser aplicada em carros autônomos, intensificando debates sobre ética, segurança e emprego (Kaufman, 2016). A partir de 2008, o desenvolvimento de assistentes virtuais, como Siri, Alexa, Cortana e Google Assistente, foi impulsionado pelo avanço no processamento de linguagem natural. Em 2012, a Google utilizou aprendizado profundo para treinar um algoritmo a reconhecer gatos em vídeos do YouTube. Apesar desses avanços, Aguiar (2020) alerta para o impacto nas dinâmicas de trabalho em uma sociedade altamente tecnológica, enquanto Sumar (2020) defende a importância de iniciativas sustentáveis, sejam ou não ligadas a recompensas financeiras.

O termo "Inteligência Artificial" (IA) é amplo e carece de uma definição consensual (The IIA, 2017). Contudo, alguns estudiosos a definem como sistemas inteligentes que utilizam um conjunto diversificado de técnicas, ferramentas e algoritmos com a capacidade de aprender e raciocinar (Carter, 2018). Além disso, a IA está associada a tecnologias que permitem a execução de funções que normalmente requerem inteligência humana, como o reconhecimento de imagens e a tradução de idiomas (Jarrahi, 2018). O McKinsey Global Institute (MGI, 2017) distingue entre dois tipos de IA: a genérica, capaz de realizar qualquer tarefa humana, embora ainda não plenamente desenvolvida, e a específica, focada em tarefas limitadas, dividida em cinco áreas. Os avanços mais recentes concentram-se na IA específica, com destaque para o subcampo de "deep learning". A Figura 1 apresenta as cinco áreas da IA específica.

Figura 1
Inteligência Artificial Específica



Bessen (2017) sugere que novas tecnologias podem ter um impacto positivo no emprego, especialmente ao melhorar a produtividade em mercados com demanda reprimida. Embora a introdução de tecnologias reduza o emprego na manufatura, ela estimula

o crescimento em setores menos saturados e não manufatureiros. Furman (2018) complementa afirmando que, embora a automação reduza vagas em funções menos qualificadas, ela afeta menos tarefas que exigem habilidades complexas, como adaptabilidade e

interações interpessoais. Teixeira e Cavalcante (2005) também enfatizam que empregos ligados à tecnologia requerem alta qualificação, desde os níveis básicos de ensino.

Mann e Püttmann (2017) analisaram o impacto da automação no emprego

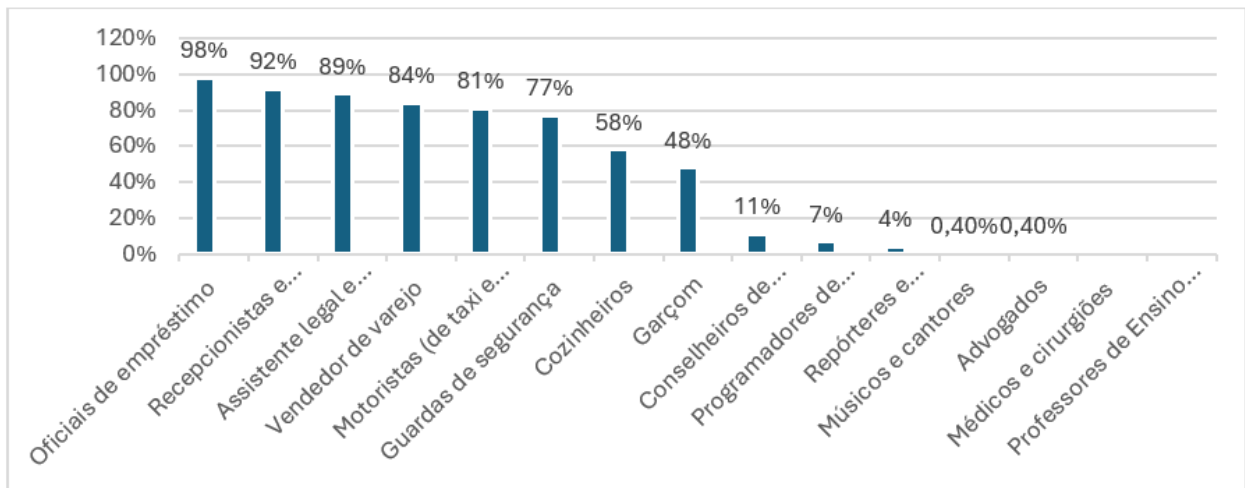
utilizando dados de 5 milhões de patentes entre 1976 e 2014. Seus resultados mostram que, embora a automação reduza o emprego na indústria, há um aumento no setor de serviços, gerando um

efeito global positivo. Junqueira (2020), em uma pesquisa com participantes do Brasil e de Portugal, indica que a inteligência artificial pode substituir uma parcela significativa da mão de obra. De

acordo com o Fórum Econômico Mundial, certas categorias de empregos estão especialmente suscetíveis à automação por IA. Conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2

Categorias com maior possibilidade de automação por meio da IA



Fonte: elaborado pelos autores, adaptado de Fórum Econômico, 2023 FO

Áreas como oficiais de empréstimo (98%), recepcionistas (96%), assistentes legais (94%), vendedores de varejo (92%) e motoristas (89%) apresentam maior propensão à substituição pela IA. Em contraste, conselheiros financeiros (58%), programadores (48%), advogados (4%) e médicos (0,4%) são menos afetados. A adoção da IA está diretamente ligada ao nível tecnológico dos países: desenvolvidos adotam mais rapidamente, enquanto emergentes necessitam de incentivos e investimentos adicionais (Theoto, 2022; The Economist Group, 2022).

No contexto brasileiro, pesquisa realizada por Eugenio e Simonetto (2016) abordam as perspectivas do mercado brasileiro em relação à IA examinando as tecnologias

já disponíveis para utilização. Resultados revelam que a IA já dispõe de tecnologias prontas para adoção e enfatizam a necessidade de agilizar esse processo no mercado nacional, considerando os notáveis ganhos de produtividade e a elevação da competitividade internacional em todo o setor. Estudos indicam que até 2026, cerca de 57% dos postos de trabalho poderão ser substituídos por máquinas (Albuquerque et al., 2019). Essa situação tem o potencial de afetar diretamente os países emergentes, onde a industrialização é relativamente recente. Assim, esse cenário suscita preocupações sobre a possibilidade de que o aumento da mecanização possa contribuir para um potencial de crescimento da desigualdade social (Sebastião, 2020; Grennan et al., 2022).

Investigações prospectivas sugerem a criação de novas funções, como ocorreu em revoluções tecnológicas anteriores (Nunes, 2023). No entanto, durante a fase de transição, é provável que o desemprego aumente significativamente, uma vez que a reintegração dos trabalhadores afetados não será automática nem tão rápida quanto em transições anteriores (Frizon, 2020). Teixeira e Cavalcante (2005) destacam que os empregos relacionados à tecnologia exigem um alto nível de qualificação, idealmente desde os primeiros níveis educacionais. Portaluppi e Ribeiro (2023) apontam que essa dificuldade é agravada pelo crescimento populacional atual em comparação com períodos anteriores de transformações tecnológicas (Bonaldi, 2023).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

Em face do objetivo proposto, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, visando empregar técnicas padronizadas, como a utilização de questionários, com intuito de explorar traços específicos de um grupo (Gil, 2002). Quanto à classificação do estudo em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como um levantamento (survey), pois os dados necessários a esta pesquisa foram fornecidos por meio da interrogação direta a um grupo expressivo de pessoas, visando obter informações a respeito do tema pesquisado (Gil, 2002).

Este estudo possui uma abordagem empírico-analítica, pois se utilizou de técnicas de coleta, processamento e interpretação de dados, abordando o problema de forma quantitativa, mediante o emprego de procedimentos estatísticos tanto no recolhimento dos dados como no tratamento desses (Martins, 2000). Em relação ao controle das variáveis pelo pesquisador, optou-se pela abordagem ex post facto. No que diz respeito à dimensão temporal, a análise foi conduzida de forma transversal, abrangendo o período de março a maio de 2024.

3.2 População-Alvo e Amostra

A população-alvo desta pesquisa é formada por todos os discentes do curso de Bacharelado em ciências contábeis, exclusivamente matriculados no período noturno da instituição Universidade Alves Faria - Unialfa, localizada no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, e possui duas unidades, Perimetral e unidade Bueno.

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento utilizado na coleta de dados deste estudo foi o questionário, sendo esse aplicado diretamente aos discentes, com a contribuição dos docentes da instituição. O questionário foi construído incluindo dois blocos de questões. O primeiro refere-se a uma breve caracterização do respondente; o segundo bloco utilizou-se da escala likert de 5 pontos.

As considerações éticas foram seguidas. Cada participante foi devidamente informado sobre o objetivo da pesquisa e os possíveis riscos envolvidos. Considerando que se trata de uma pesquisa de questionário (survey), o único risco identificado é o potencial constrangimento ao responder alguma pergunta. Nesses casos, os participantes tinham a liberdade de pular a pergunta

ou, se necessário, encerrar sua participação. Além disso, foi garantido aos participantes que suas identificações seriam removidas do banco de dados, assegurando que a análise fosse conduzida de forma anônima.

Para identificar possíveis falhas na elaboração do questionário, foram realizados testes pilotos procurando verificar a forma de redação e o entendimento de cada um dos 16 quesitos. Assim, o instrumento de coleta de dados foi submetido à fase de pré-teste, tendo como avaliadores seis discentes do curso de Ciências Contábeis para ajustar e validar os instrumentos de coleta de dados. A validação dos instrumentos foi uma etapa essencial para garantir a qualidade e a consistência dos dados coletados. Os resultados deste pré-teste mostraram uma concordância total entre ambos os avaliadores em todos os quesitos analisados, não havendo, assim, a necessidade de realizar ajustes no instrumento de coleta.

O período da coleta ocorreu nos meses março a maio de 2024. Para determinar o tamanho da população, buscou-se junto com a coordenação do curso objeto do estudo o número de alunos no período em foco. A Tabela 1 apresenta a distribuição da população.

Tabela 1

Distribuição da população

Unidade	População	%
Perimetral	277	73%
Bueno	105	27%
Total	382	100%

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

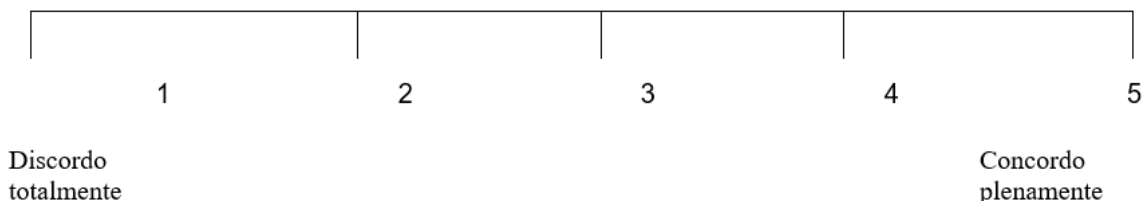
A Tabela 1 mostra a distribuição da população, com 277 alunos matriculados na unidade Perimetral, representando 73% do total, enquanto a unidade Bueno possui 105 alunos, equivalendo a 27%. Essa distribuição revela uma maior concentração

de estudantes na unidade Perimetral. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados, divididos em seções que abrangem o perfil dos pesquisados, avaliação do conhecimento sobre inteligência artificial, percepções

e atitudes em relação à introdução da IA no ambiente de trabalho, além de questões sobre preparação e capacitação para essa transformação, utilizando uma escala ordinal de 5 pontos, a escala Likert, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3

Escala de Cinco Pontos



Fonte: adaptado de Likert (1932).

As categorias consideradas são representadas por números naturais entre 1 e 5, em que 1 representa a categoria 'discordo totalmente'; 2 representa a categoria 'discordo'; 3 representa a categoria 'nem concordo, nem discordo'; 4 representa a categoria 'concordo' e, finalmente, 5 representa a categoria 'concordo totalmente'. Uma descrição mais detalhada do questionário,

pode ser encontrada no apêndice deste trabalho. Em 30/4/2024, as respostas do questionário foram encerradas e as respostas coletadas foram transcritas por meio do software Excel 365. Em seguida, foram desenvolvidas análise quantitativa dos dados por meio de técnicas estatísticas, incluindo análise descritiva, visando interpretar os resultados de maneira abrangente, guiada pelo objetivo da pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Caracterização dos Respondentes

A amostra total deste estudo foi composta de 223 discentes do curso de Ciências Contábeis, o que representa aproximadamente 58% do total da população. A descrição da amostra em comparação à população encontra-se apresentada a seguir:

Tabela 2

Distribuição da população e amostra

Unidade	População (n)	%	Amostra (n)	%
Perimetral	277	73%	178	79%
Bueno	105	27%	45	21%
Total	382	100%	223	100%

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A Tabela 2 apresenta a distribuição da população e amostra de duas unidades. A Unidade Perimetral representa 73% da população total (277 indivíduos), com 178 respondentes (79% da amostra). A Unidade Bueno, com 27% da população

(105 indivíduos), teve 45 respondentes (21% da amostra). As duas primeiras questões do estudo exploraram como a diversidade demográfica, como gênero e faixa etária, influenciam as percepções sobre a aplicação da Inteligência Artificial

(IA) no ambiente corporativo. Essa análise buscou identificar padrões e diferenças significativas entre os grupos, conforme mostrado na Tabela 3, oferecendo uma compreensão mais detalhada das percepções sobre a IA e seus impactos.

Tabela 3

Perfil dos discentes

Qual o seu gênero?	Perimetral Qtd (n)	Perimetral Qtd (%)	Bueno Qtd (n)	Bueno Qtd (%)
Feminino	100	44%	25	11%
Masculino	78	35%	20	10%
Total	178	79%	45	21%
Faixa Etária				
De 18 a 24 anos	112	50%	24	11%
De 25 a 34 anos	49	22%	17	8%
De 35 a 44 anos	17	7%	4	2%
45 anos ou mais	0	0	0	0
Total	178	79%	45	21%

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Observa-se que, em relação ao gênero, na unidade Perimetral, 100 discentes (44%) se identificaram como femininos, enquanto 78 discentes (35%) se identificaram como masculinos, enquanto na unidade Bueno, 25 discentes (11%) se identificaram como femininos e 20 discentes (10%) se identificaram como masculinos. Conclui-

se que 45% dos alunos são do gênero feminino e 45% do gênero masculino. A segunda seção da tabela detalha a distribuição etária dos discentes. Nota-se que na unidade Perimetral, 112 discentes (50%) têm entre 18 e 24 anos, 49 discentes (22%) têm entre 25 e 34 anos, e 17 discentes (7%) têm entre 35 e 44 anos. Não houve discentes com 45 anos

ou mais. Enquanto na Unidade Bueno, 24 discentes (11%) têm entre 18 e 24 anos, 17 discentes (8%) têm entre 25 e 34 anos, e 4 discentes (2%) têm entre 35 e 44 anos. Também não houve discentes com 45 anos ou mais. Na questão 4, os discentes foram questionados se estão atualmente inseridos no mercado de trabalho atualmente.

Tabela 4

Inseridos no mercado de trabalho

Está inserido no mercado de trabalho?	Perimetral	Perimetral Qtd (%)	Bueno Qtd (n)	Bueno Qtd (%)
Sim	139	62%	41	19%
Não	39	17%	4	2%
Total	178	79%	45	21%

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

De acordo com a Tabela 4, identificou-se que 81% dos estudantes estão inseridos no mercado de trabalho, e outros 19% ainda não estão trabalhando. A alta porcentagem (81%) de discentes

trabalhando indica que a maioria dos estudantes já possui experiência prática no mercado de trabalho.

Em seguida, a questão 5 do estudo perguntou aos discentes em qual

semestre estão matriculados, com o objetivo de entender melhor as diferenças nas percepções, conhecimentos e atitudes em relação à inteligência artificial (IA).

Tabela 5

Semestre matriculado

Qual semestre você está?	Perimetral Qtd (n)	Perimetral Qtd (%)	Bueno Qtd (n)	Bueno Qtd (%)
1º ou 2º	49	21%	12	5%
3º ou 4º	38	17%	19	9%
5º ou 6º	52	23%	0	0
7º ou 8º	39	18%	14	7%
Total	178	79%	45	21%

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Observa-se que, 118 alunos estão entre os períodos 1º e 4º, o que representa 52%, e 105 alunos entre os períodos 5º e 8º, o que representa 48%. A distribuição dos discentes por semestre revela diferenças significativas entre as duas unidades, o que pode ter implicações importantes para a análise das percepções sobre a

IA, como a diferenças nas Experiências e Conhecimentos: Estudantes em semestres mais avançados (5º ao 8º) na unidade Perimetral podem ter uma visão mais prática e fundamentada sobre a IA devido à maior exposição curricular e prática. Em contraste, a ausência de discentes no 5º ou 6º semestre

na unidade Bueno pode indicar uma lacuna na continuidade ou na oferta de disciplinas que abordem a IA. A partir da sexta questão, iniciaram-se as perguntas referentes às percepções dos discentes acerca da Inteligência Artificial em relação ao mercado de trabalho. Conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6

Impressões pessoais acerca da IA em relação ao mercado de trabalho

Questões	Discordo parcialmente	Discordo plenamente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo plenamente	Total %
6. A definição de inteligência artificial (IA) está clara para mim e eu posso explicá-la facilmente para outras pessoas.	10%	1%	24%	43%	22%	100%
7. Tenho um bom conhecimento das diversas aplicações práticas da IA dentro do ambiente corporativo.	17%	6%	27%	38%	12%	100%
8. Acredito que a IA está tendo um impacto positivo e significativo na minha área de atuação.	4%	6%	25%	42%	23%	100%

9. Acredito que a introdução de IA na empresa em que trabalho melhorará a qualidade dos produtos/serviços oferecidos.	6%	4%	12%	39%	39%	100%
10. Estou preocupado(a) com o potencial da IA ser utilizada de forma prejudicial no ambiente corporativo, assim como com sua possibilidade de substituir completamente funções ou trabalhos dentro da empresa.	22%	22%	16%	22%	18%	100%
11. Estou confiante de que as habilidades que possuo atualmente são suficientes para manter-me relevante no mercado de trabalho, apesar da presença crescente da IA.	19%	12%	13%	30%	26%	100%
12. Acredito que a IA será uma habilidade essencial no mercado de trabalho do futuro	3%	1%	13%	19%	64%	100%
13. Dedico parte do meu tempo de estudos para estudar novas formas de utilização das IA e como aplicá-las no meu cotidiano	14%	36%	30%	15%	5%	100%
14. Atualmente, estou utilizando alguma ferramenta de IA no meu trabalho ou estágio, e acredito que ela tem impactado positivamente minhas tarefas diárias.	13%	14%	32%	18%	23%	100%
15. Acredito que é importante que as instituições de ensino ofereçam cursos específicos sobre IA dentro do currículo de Ciências Contábeis, para que os profissionais dessa área possam ter uma vantagem competitiva no mercado de trabalho.	2%	5%	14%	14%	65%	100%
16. Acredito que as empresas deveriam investir mais em programas de atualização e capacitação para garantir que seus funcionários estejam preparados para lidar com as mudanças trazidas pela IA.	1%	2%	13%	11%	73%	100%

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Seguindo a ordem de cada uma, na questão 6, 11% dos participantes discordaram (10% parcialmente, 1% plenamente) sobre sua compreensão da IA, enquanto 65% concordaram (43% parcialmente, 22% plenamente), indicando que a maioria tem algum conhecimento. Além disso, 24% mantiveram-se neutros. Na questão 7, as respostas foram mais divididas: 50% concordaram (38% parcialmente, 12% plenamente), 27% foram neutros e 23% discordaram, sugerindo incertezas sobre as aplicações práticas da IA no ambiente corporativo. Na questão 8, 65% concordaram quanto ao impacto positivo da IA em suas áreas, mas 35% se mostraram neutros ou discordantes.

Na questão 9, 78% dos respondentes concordaram que a IA melhora a qualidade dos produtos/serviços (39% parcialmente, 39% plenamente), enquanto 10% discordaram e 12% foram neutros. Na questão 10, 44% discordaram da ideia de um impacto negativo da IA no ambiente corporativo, enquanto 40% concordaram e 16% foram neutros. Na questão 11, 56% concordaram quanto à adequação de suas habilidades à IA, 31% discordaram e 13% foram neutros. Já na questão 12, 83% dos participantes consideram a IA uma habilidade essencial, enquanto 13% foram neutros e 4% discordaram.

Na questão 13, 50% dos participantes afirmaram não se dedicar ao estudo da IA, 20% concordaram sobre sua dedicação e 30% foram neutros. Na questão 14, 41% reconheceram um impacto positivo da IA nas tarefas diárias, 32% mantiveram-se neutros e 27% discordaram. Na questão 15, 79% concordaram com a necessidade de cursos de IA nas instituições de ensino, enquanto 7% discordaram e 14% foram neutros. Por fim, na questão 16, 84%

“ A demanda por educação e capacitação em IA é clara, assim como a necessidade de adaptação contínua às mudanças trazidas por essa tecnologia. Nota-se que, em geral, os resultados indicam uma percepção majoritariamente positiva sobre a IA [...], apesar de persistirem algumas incertezas e preocupações.



concordaram sobre a importância de as empresas investirem em programas de atualização para a IA, 13% foram neutros e 3% discordaram.

A análise da questão 15, que trata da necessidade de cursos de Inteligência Artificial (IA) nas instituições de ensino, revela um amplo reconhecimento dessa demanda, com 79% dos participantes concordando, total ou parcialmente. Apenas 7% discordaram e 14% mantiveram-se neutros, indicando um consenso sobre a importância desses cursos, apesar de algumas divergências. Na questão 16, que aborda a necessidade de investimentos empresariais em programas de atualização para preparar

funcionários para a IA, 84% dos participantes concordaram, enquanto 13% foram neutros e 3% discordaram, reforçando um consenso significativo sobre essa necessidade. Embora a percepção geral sobre o impacto da IA seja positiva, também surgem preocupações e incertezas. A demanda por educação e capacitação em IA é clara, assim como a necessidade de adaptação contínua às mudanças trazidas por essa tecnologia. Nota-se que, em geral, os resultados indicam uma percepção majoritariamente positiva sobre a IA, com destaque para a importância da educação e capacitação, apesar de persistirem algumas incertezas e preocupações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto do estudo é investigar a percepção dos estudantes de bacharelado do curso de Ciências Contábeis sobre a expansão e utilização da inteligência artificial no ambiente corporativo, foram alcançados. Os resultados expuseram, satisfatoriamente, as opiniões dos graduandos em relação às temáticas abordadas.

Os resultados da pesquisa revelam uma mistura de otimismo e preocupação sobre a inteligência artificial (IA) entre os alunos. A maioria reconhece sua importância no mercado de trabalho e acredita que a IA tem um impacto positivo nas suas áreas e na qualidade de produtos e serviços. No entanto, há preocupações com o uso prejudicial da IA no ambiente corporativo e o risco de substituição de empregos. A demanda por formação em IA também é destacada, com muitos acreditando na necessidade de cursos e programas de capacitação. Embora reconheçam sua relevância, muitos ainda não dedicam tempo ao estudo da IA. Em resumo, os resultados mostram um equilíbrio entre o

reconhecimento das oportunidades da IA e as preocupações com os desafios que ela traz.

Um dos aspectos limitadores do estudo refere-se ao tempo destinado à coleta de dados. Com um período maior, seria possível obter uma amostra mais ampla, proporcionando uma visão mais abrangente e detalhada do fenômeno em análise, o que poderia proporcionar insights mais sólidos e uma compreensão mais completa das tendências ao longo do tempo. Além disso, considerar a diversificação das fontes de dados e a utilização de métodos complementares de coleta pode enriquecer ainda mais a análise e mitigar possíveis vieses.

Contudo, este estudo abre perspectivas para outros trabalhos. Sugere-se como proposta de pesquisa analisar do impacto da inteligência artificial nas práticas contábeis, sob a perspectiva dos profissionais em início de carreira, uma outra sugestão seria uma avaliação por parte do empregador sobre a aceitação e preparação dos estudantes do curso de Ciências Contábeis. Os resultados identificados não podem ser generalizados, visto que é um estudo pontual, pois se reportam, exclusivamente, a amostras do 1º semestre do ano de 2024, de modo exclusivo de discentes do período noturno no curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

Referências

Accorsi, A. (1991). *Automação: bancos e bancários* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12132/tde-09042024-162445/publico/MsAndreAccorsi.pdf>

Agrawal, A., Gans, J. S., & Goldfarb, A. (2023). Artificial intelligence adoption and system-wide change. *Journal of Economics & Management Strategy*, 33(2), 327-337. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/jems.12521>

Aguiar, L. F. O. de. (2022). *Indústria 4.0: Perspectivas para o Polo Industrial de Manaus* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas). https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9169/11/Disserta%c3%a7%c3%a3o_LuizAguiar_PPGEp.pdf

Albuquerque, P. H., et al. (2019). Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimativa da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. *Texto para Discussão*. Brasília / Rio de Janeiro: Ipea. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td_2457.pdf

Araujo, F. M. de. (2020). *A inteligência artificial e os seus impactos no mundo do trabalho* (Monografia de graduação, Unifametro). http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/559/1/F%c3%81BIA%20MELO%20DE%20ARA%c3%9aJO_TCC.pdf

Atack, J., Margo, R. A., & Rhode, P. W. (2019). Automation of manufacturing in the late nineteenth century: The hand and machine labor study. *Journal of Economic Perspectives*, 33(2), 51-70. <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.33.2.51>

Baily, M., & Korinek, A. (2023, May 10). *Machines of mind: The case for an AI-powered productivity boom*. Brookings. <https://www.brookings.edu/articles/machines-of-mind-the-case-for-an-ai-powered-productivity-boom/>

Bessen, J. E. (2018). AI and jobs: The role of demand. In A. Agrawal, J. Gans, & A. Goldfarb (Eds.), *Economics of artificial intelligence*. University of Chicago Press.

Bonaldi, J. D. T. (2023). *Implementação de sistema de rastreabilidade em empresa de base tecnológica com ênfase em tecnologias da indústria 4.0* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Itajubá). https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3901/Disserta%c3%a7%c3%a3o_2023118.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Booth, R. (2019, April 7). UK businesses using artificial intelligence to monitor staff activity. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/technology/2019/apr/07/uk-businesses-using-artificial-intelligence-to-monitor-staff-activity>

Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2014). *The second machine age: Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. W. W. Norton & Company.

Carter, D. (2018). How real is the impact of artificial intelligence? *The business information survey 2018*. *Business Information Review*, 35(3), 99-115. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0266382118790150>

Cooper, W. W., Seiford, L. M., & Tone, K. (1991). *Data envelopment analysis in the management of organizations*.

Daugherty, P. R., & Wilson, J. H. (2019). *Humano + Máquina: Reinventando o trabalho na era da IA* (1ª ed.). Alta Books.

Drucker, P. F. (1954). *The practice of management*. Harper Business.

Endsley, M. R. (2023). *Apoiando equipes de IA humana: transparência, explicabili-*

dade e consciência situacional. *Computers in Human Behavior*, 140, 107574.

Ferreira, Â. D. S. (2023). Inteligência artificial no design de comunicação em Portugal: Panorama e perspectivas (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior). https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/13143/1/9426_20242.pdf

Finquelievich, S., et al. (2019). El futuro ya no es lo que era. Instituto de Investigaciones Gino Germani.

Frizon, J. A., Brum, F. F., & Wendt, G. W. (2020). Como o avanço tecnológico afeta o trabalho no setor bancário? Um estudo empírico. *Caderno de Administração*, 28(1), 64-79. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53306>

Furman, J. (2018). Should we be reassured if automation in the future looks like automation in the past? In A. Agrawal, J. Gans, & A. Goldfarb (Eds.), *Economics of artificial intelligence*. University of Chicago Press.

Garcia, A. C. (2020). Ética e inteligência artificial. *Computação Brasil*, (43), 14-22. <https://journals-sol.sbc.org.br/index.php/comp-br/article/view/1791/1625>

Gervasoni, T. A., & Dias, F. V. (2023). Os custos ocultos da tecnologia e a proteção do direito social ao trabalho. *Revista Direito e Práxis*, 15(2), 1-30.

Grennan, L., et al. (2022). Why businesses need explainable AI - and how to deliver it. McKinsey & Company.

Junqueira, A. (2020). A quarta revolução industrial e o potencial impacto da indústria 4.0 sobre o emprego (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho).

Kaufman, D. (2016). Inteligência artificial: questões éticas a serem enfrentadas. *Abciber*, 9(8), 1-16.

Kleiner, A., Moldovanu, B., & Strack, P. (2021). Extreme points and majorization: Economic applications. *Econometrica*, 89(4), 1557-1593. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.3982/ECTA18312>

Korinek, A., & Balwit, A. (2022, May). Aligned with whom? Direct and social goals for AI systems. *Brookings*. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w30017/w30017.pdf

Lannon, F., Lyons, R., & O'Connor, C. (2023). Geração AI e empresas familiares: Um artigo em perspectiva. *Revista de Gestão de Empresas Familiares*.

Lee, K.-F. (2019). Inteligência artificial. *Globo Livros*.

Li, C., et al. (2023). Behavior-1k: Uma referência para IA incorporada com 1.000 atividades diárias e simulação realista. In 6th Conference on Robot Learning (pp. 80-93). PMLR.

Littman, M., et al. (2021). Gathering strength, gathering storms: The one hundred year study on artificial intelligence (AI100) 2021 study panel report. Stanford University.

Mann, K., & Püttmann, L. (2017). Benign effects of automation: New evidence from patent texts. [s.l.]: [s.n.].

Manyika, J., et al. (2017). Jobs lost, jobs gained: What the future of work will mean for jobs, skills, and wages. McKinsey Global Institute.

Martín Pino Estrada, M. A. (2015). A inteligência artificial nas relações de trabalho. *Revista Eletrônica Direito & TI*, 1(2).

<https://direitoeti.emnuvens.com.br/direitoeti/article/view/18>

McElheran, K., et al. (2023). Adoção de IA na América: Quem, o quê e onde. *Escritório Nacional de Pesquisa Econômica*.

McKinsey Global Institute. (2017). Artificial intelligence: The next digital frontier. McKinsey & Company.

Nguyen, H. (2023). Impact of artificial intelligence in design (Monografia de graduação, LAB University of Applied Sciences). https://www.theseus.fi/bitstream/handle/10024/804369/Nguyen_H



Stefanny Macedo Rodrigues

Ciências Contábeis –
Universidade Alves Faria
UNIALFA Perimetral

stefannyrodrigues030595@gmail.com

<https://www.linkedin.com/in/stefanny-rodrigues-733bb0209/>



Quem nunca sonhou? Meu encontro com a pesquisa em contabilidade e gestão

Flávio José de Melo

O meu encontro com atividades de pesquisa teve maior intensidade a partir do meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT-UFPR) e participação em grupos de pesquisa, instigado principalmente pelo interesse em ir além do que aprendia na minha graduação em Contabilidade.

A aprovação no PPGCONT-UFPR foi um marco em minha vida; ainda estão nas minhas lembranças as primeiras aulas do mestrado em que ingressei em 2013 – um dos períodos mais feliz da minha vida. Diariamente tive a oportunidade de vivenciar diferentes relações com a grande diversidade de colegas procedentes de diferentes regiões e com diferentes expectativas. Neste contexto,

“ Tive a oportunidade de vivenciar diferentes relações com a grande diversidade de colegas procedentes de diferentes regiões e com diferentes expectativas. Se desvendava uma maior compreensão sobre a importância nas diferentes atividades pedagógicas. ”

se desvendava uma maior compreensão sobre a importância do que estava implícito nas diferentes atividades pedagógicas que, objetivamente, instrumentalizava a formação para o exercício profissional. A convivência com os colegas também teve um papel fundamental nas atividades livres, realizadas em diferentes espaços de aprendizagem, oportunidades que busquei o máximo, entre estas, cabe destacar as participações em reuniões científicas, cursos e outros eventos, sempre vislumbrando a complementação da minha formação.

Em contato com algumas disciplinas do curso, identifiquei-me de imediato com algumas áreas do conhecimento, entre estas: aquelas voltadas para a gestão e para a governança do meio ambiente, despertando inclusive o interesse,

após o término do curso de mestrado, em dar continuidade ao processo de aprendizagem.

No PPGCONT-UFPR, além das disciplinas básicas exigidas, também cursei disciplinas optativas e outros cursos complementares, sempre que possível, já direcionadas para minha área de interesse. A formação complementar é uma oportunidade de nos atualizarmos com os acontecimentos e temas atuais e, nesta perspectiva, identificarmos as linhas de atuação profissional que melhor se adéquam as nossas escolhas e habilidades. No percurso da minha formação como aluno de pós-graduação em Ciências Contábeis, tive a oportunidade de participar de várias atividades dessa natureza.

Ao olhar a trajetória até aqui percorrida, sinto-me realizado por tudo o que aprendi e, ao vislumbrar o futuro, percebo que ainda há muito por fazer e aprender, considerando que o cenário atual demanda por pesquisas com abordagens que estejam mais próximas do cotidiano. Nessa perspectiva, ingressei no programa de doutorado em Contabilidade da UFPR, no ano de 2021, período de grande amadurecimento científico e profissional, que me proporcionou novos conhecimentos e contato com novas metodologias de pesquisa e ensino, além do envolvimento com o grupo de pesquisa na área de Contabilidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos.

A oportunidade de expor os resultados das nossas pesquisas para avaliação, críticas e discussões aos colegas de cursos, professores, avaliadores e demais membros da comunidade acadêmica foi de extrema relevância para o meu processo de amadurecimento acadêmico e científico. Assim, no aspecto de participação em eventos científicos, não me privei de aproveitar as várias



Destaco também a importância dos ensinamentos que recebi dos professores que compartilharam, cada um dentro da sua expertise, além dos conteúdos programáticos das disciplinas, suas experiências vividas na vida acadêmica.



oportunidades e, sempre que foi possível, estive presente em reuniões científicas nacionais e internacionais.

Todo esse aprendizado agregou relevante valor a minha vida profissional, despertando, inclusive, o meu interesse em seguir em um pós-doutorado. Outro ponto positivo foram os momentos marcantes vividos na universidade, as reuniões formais e informais – como as que se realizavam nos momentos de recreação – a espera do início das aulas na passarela que interligava os prédios, na sala de estudos e biblioteca, onde os alunos faziam exercícios juntos, tiravam dúvidas entre colegas. Durante o período que realizei o curso de doutorado em Ciências Contábeis, busquei sempre me aprimorar e aproveitar todas as oportunidades que a universidade ofereceu para a minha formação.

Destaco também a importância dos ensinamentos que recebi dos professores que compartilharam, cada um dentro da sua expertise, além dos conteúdos


programáticos das disciplinas, suas experiências vividas na vida acadêmica.

Ainda nessa perspectiva, considero que foram muito importantes os temas dos projetos de pesquisa que desenvolvi neste programa de pós-graduação em Contabilidade, o que tem possibilitado ampliar e agregar conhecimento as disciplinas que ministro em instituições de ensino superior em que atuo. Outro ponto bastante positivo é a possibilidade de aplicar todo esse conhecimento na construção de novos projetos que ultrapassem as fronteiras da universidade, a exemplo projetos de extensão que possibilitem trazer a Contabilidade para as questões cotidianas dos cidadãos. Dessa forma, emerge o desejo de aprofundar cada vez mais a reflexão sobre as práticas educativas e as relações entre os indivíduos e o processo de construção de conhecimento.



Flávio José de Melo

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná – UFPR
Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná – UFPR
Especialista em Formação Docente em Educação a Distância, pela Escola Superior aberta do Brasil - Esab.
Especialista em Controladoria e Finanças pela Escola Superior aberta do Brasil - Esab



Percepção dos Docentes Quanto à Participação Social ao Acesso e Conhecimento Sobre os Recursos Financeiros Realizados no Orçamento Público para as Instituições Públicas de Ensino Superior

Marília Almeida Ferreira Mota e Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos

RESUMO

O objetivo foi identificar a percepção dos docentes quanto à participação social ao acesso e conhecimento sobre os recursos financeiros realizados no orçamento público para as IES. Com metodologia exploratória, e abordagem quantitativa, por um questionário semiestruturado contendo três dimensões: perfil dos respondentes, percepção sobre a transparência das informações contábeis e, conhecimento

sobre os controles institucionais e sociais dos gastos públicos, a população teve critério, ser docente da IES no estado de Pernambuco, adesão espontânea e, disponibilidade do e-mail de forma pública, constituindo um total de 4 Universidades Federais e 2 Institutos Federais. Enviados 4.000 e-mails, recebendo 96 respondentes. Os resultados apontam para: percepção predominantemente negativa em relação à transparência e compreensão das

informações contábeis e à participação social nas IES. Para futuros estudos é proposto uma pesquisa qualitativa com entrevistas para compreender as demandas e necessidades de informações, estimulando a participação efetiva como cidadãos, responsabilidade objetiva, fortalecendo processos democráticos.

Palavras-chave: Controle Social, Informações Contábeis, Orçamento público, Transparência.

1. Introdução

Esta pesquisa tem como motivação acadêmica o pressuposto de que, a contabilidade possui um potencial de fomentar o debate público democrático acerca de questões sociais (Irvine & Moerman, 2017), e a transparência na linguagem contábil contribui para o processo educativo no âmbito das escolas no sentido de formar uma sociedade capaz de entender e agir, ou seja, uma sociedade mais participativa (Nascimento & Pereira, 2022). O estudo de Villoria (2021) propõe o conceito de transparência colaborativa, que enfatiza a interação contínua entre o Estado e a sociedade para a geração e compreensão das informações, ressaltando o envolvimento ativo da sociedade no processo de tomada de decisão, priorizando a colaboração em vez da mera recuperação de informações (Edwards, 2020). De acordo com Nascimento e Pereira (2022), a transparência pode efetivamente socializar e integrar a população ao promover a interseção entre transparência, publicidade e accountability.

A problematização sobre a participação social, no contexto de buscar garantir a transparência, a responsabilidade e a eficiência na administração dos recursos públicos (Gonçalves et al., 2021), é um processo que necessita criar formas ativas de controle social, onde os indivíduos ou grupos organizados devem participar de forma consciente e propositiva na fiscalização, monitoramento e na avaliação das ações para propostas de políticas públicas. O conceito de controle social, está intrinsecamente ligado à relação entre Estado e sociedade, que de acordo com Raupp (2016, p. 35) "o exercício da transparência pode ser considerado uma forma de esclarecimento ao cidadão

pelo Estado do que ocorre na sua esfera de competência, disponibilizando, com presteza, rapidez e correção, as informações que estão ao seu dispor". Para a construção de uma cidadania ativa, a participação popular é imprescindível (Costa & Cunha, 2010), e a sociedade só poderá colher os frutos das políticas públicas quando assumir plenamente sua cidadania (Oliveira & Pisa, 2015). Como enfatiza Oliveira (2010), a participação popular na elaboração e discussão do anteprojeto orçamentário, bem como durante sua tramitação no Legislativo, é fundamental para garantir os caminhos seguros da democracia. Assim, ao se engajar ativamente no controle social,

“ O exercício da transparência pode ser considerado uma forma de esclarecimento ao cidadão pelo Estado do que ocorre na sua esfera de competência, disponibilizando, com presteza, rapidez e correção, as informações que estão ao seu dispor. Para a construção de uma cidadania ativa, a participação popular é imprescindível



o cidadão contribui para assegurar que as políticas governamentais atendam aos interesses e necessidades da sociedade.

A escolha metodológica para este estudo, buscou identificar a percepção dos docentes, de instituições públicas federais no estado de Pernambuco, quanto à participação social ao acesso e conhecimento sobre os recursos financeiros realizados no orçamento público, pelo governo federal, para financiar e manter as atividades dessas instituições. O critério de escolha dos sujeitos para esta pesquisa, docentes das IES, pautou-se na responsabilidade cidadã como atores políticos de ocupar os espaços democráticos e de corresponsabilidade, assegurado na Constituição Federal de 1988, art. 1º, que estabelece a cidadania como um dos fundamentos republicanos, e no inciso XXXIII, do art. 5.º o direito de controle social. (CF, 1988).

A relevância deste estudo para a academia, ao refletir sobre a importância da participação comunitária na gestão pública fortalece o direito do cidadão em exercer o controle social, em ter acesso à informação e transparência dos recursos públicos, presente em estudos como: (DANIELE; SILVA, 2021), (MARCO; TERCI, 2022), (BATISTA; ALADIM MONTEIRO; RODRIGUES CHAGAS, 2021), apontando a consolidação do direito democrático. De forma prática para o segmento econômico de educação de ensino superior, destaca-se a necessidade da participação para monitoramento da eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos destinado às atividades acadêmicas. Esta pesquisa tem por justificativa o princípio da participação política de todo cidadão, indo muito além das eleições, sendo um pilar fundamental da democracia, e sendo os docentes inseridos na comunidade das

IES deveriam estar atentos aos gastos e repasses dos recursos públicos.

2. Discussão Teórica

A Teoria da Agência, fundamentada em conceitos econômicos, é essencial para entender a relação contratual onde um principal delega autoridade a um agente para agir em seu benefício, conforme Leite e Ramos (2023). Esta relação pode resultar em problemas de agência quando os objetivos do principal e do agente são conflitantes, pois cada parte busca maximizar sua própria utilidade (Machado, 2018), tendo como resultado, o agente, que age em nome do principal, pode não seguir exatamente as diretrizes estabelecidas por este último (Niomar Fantinelli; Lana, 2023). No contexto do setor público, a aplicação direta de teorias da gestão privada não é apropriada, uma vez que o objetivo do setor público é prestar serviços de qualidade à sociedade, enquanto o setor privado visa ao lucro (Kalu, 2003), portanto, é necessário adaptar conceitos da gestão privada ao contexto público, ao invés de simplesmente importá-los ao setor público, considerando a diferente lógica predominante, que envolve responder aos problemas sociais (Niomar Fantinelli; Lana, 2023).

Relacionando essa perspectiva com o tema da pesquisa, que investiga a transparência das informações contábeis do orçamento destinado às IES como controle social, percebe-se que a teoria da agência contribui para entender as dinâmicas entre os principais (docentes, estudantes, cidadãos em geral) e os agentes (gestores públicos e políticos) e, no caso das IES, os gestores públicos são responsáveis por administrar os recursos alocados para essas instituições, devendo prestar contas aos cidadãos.

“ Como meio de aproximar a relação entre o Estado e a sociedade, o controle social pode ser entendido como fundamental na preservação e aprimoramento da democracia, como a prática de se engajar na cidadania em sua totalidade, por meio da supervisão e envolvimento nas políticas públicas, por meio do princípio da participação



Na esfera pública, o estudo de Niomar Fantinelli e Lana (2023) afirmam que, conflitos relacionados à teoria da agência são comuns, mesmo com o foco distinto do setor privado, destacando que a utilização dos princípios de governança e controle são fundamentais para mitigar conflitos de agência. O estudo de Campos e Costa (2018) destaca a importância dos sistemas de informação, especialmente conselhos de administração, para controlar o comportamento oportunista dos gestores, reduzindo a assimetria informacional e aumentando a criação de valor, pelas informações disponibilizadas,

garantindo a eficiência e responsabilidade na gestão pública. (LEITE e RAMOS, 2023).

Como meio de aproximar a relação entre o Estado e a sociedade, o controle social pode ser entendido como fundamental na preservação e aprimoramento da democracia, como a prática de se engajar na cidadania em sua totalidade, por meio da supervisão e envolvimento nas políticas públicas, por meio do princípio da participação (SILVA, CANÇADO e SANTOS, 2017). Para Silva et al. (2018), a participação ativa da sociedade eleva a demanda por transparência, e o estudo de Costa; Machado; Martins (2020) indica que um maior nível de controle social está intrinsecamente ligado à transparência pública. A pesquisa de Raupp; Pinho (2020) acresce que, a transparência no setor público permite aos cidadãos acessarem mais informações sobre as ações governamentais, possibilitando um acompanhamento mais efetivo pela sociedade, sendo confirmado também nos estudos de Gonçalves et al. (2021) reconhecendo a transparência pública como um pilar essencial da democracia e do controle social.

A interação entre transparência e participação social necessita que, a gestão dos recursos públicos nas IES seja mais eficiente às necessidades da sociedade, sendo fundamental explorar a estrutura e o funcionamento do orçamento público, que serve como base para a alocação e a utilização dos recursos nas instituições. Nesse contexto, o orçamento público desempenha um papel fundamental em sua aplicação que é de promover o bem-estar, como está apresentado no estudo de conforme descrito por Kohama (2003), destacando que, o orçamento é essencial para a elaboração, expressão e avaliação dos programas de governo, destacando a responsabilidade fundamental do

governo em promover o bem-estar da coletividade de forma eficaz. Essa responsabilidade se concretiza através de técnicas de planejamento integrado, que permitem uma análise detalhada da situação da população e ajustes nas ações para melhor atender às suas necessidades (Vargas, Silva, Moura-Almeida, 2020). Assim, o orçamento público não apenas direciona os recursos financeiros, mas também reflete o compromisso do governo com a transparência e a eficiência na gestão dos bens públicos, contribuindo para o desenvolvimento das IES e para o benefício da sociedade como um todo. Em relação a obrigação de ampla divulgação eletrônica das atividades do governo e promover a participação popular por meio de audiências, incentiva os cidadãos a buscarem controle e conhecimento sobre as finanças públicas, sendo apontado no estudo de Gomes e Cezar (2019) quando descreve a efetividade que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu incentivando os cidadãos a terem maior controle e conhecimento sobre as finanças públicas, logo, isso fomentou a gestão participativa no Brasil. A Lei da Transparência (2009) também garantiu a divulgação em tempo real de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, incentivou a participação popular por meio de audiências públicas e promoveu a transparência ao liberar informações detalhadas sobre o uso de recursos públicos, utilizando um sistema integrado de administração financeira e controle, conforme estipulado pela legislação

Conforme Souza (2015) a democratização não se limita apenas ao acesso à informação, mas também requer participação ativa da sociedade civil, enfatizando que a participação

democrática possibilita o estabelecimento de um controle social efetivo, onde o Estado é responsável por prestar contas de suas ações à sociedade, fortalecendo assim os mecanismos de governança pública, e as universidades federais, enquanto organizações complexas inseridas em um ambiente dinâmico, precisam adotar práticas de gestão pública que garantam transparência em suas ações, não apenas atendendo às expectativas da sociedade, mas também se torna um dever institucional na disseminação do conhecimento

“
As IES devem
continuar
aprimorando seus
modelos de gestão
para enfrentar
os desafios
contemporâneos,
assegurando uma
administração eficaz
e responsável
dos recursos
orçamentários,
fortalecendo sua
legitimidade junto
à sociedade, mas
também reforça
seu compromisso
com a qualidade
educacional e o
desenvolvimento
social e econômico
do país”

e na promoção da cidadania. Sob esta perspectiva, a pesquisa de Paulo Keese Colombo et al. (2021), contribui apresentando que, as universidades federais brasileiras estão cada vez mais integradas ao modelo da Nova Gestão Pública, onde a transparência e o acesso à informação são pilares essenciais para uma administração democrática e eficiente dos recursos públicos.

Portanto, as IES devem continuar aprimorando seus modelos de gestão para enfrentar os desafios contemporâneos, assegurando uma administração eficaz e responsável dos recursos orçamentários, fortalecendo sua legitimidade junto à sociedade, mas também reforça seu compromisso com a qualidade educacional e o desenvolvimento social e econômico do país, conforme enfatiza Oliveira (2010, p. 339), "a participação popular na elaboração do anteprojeto orçamentário, na discussão do projeto e durante sua tramitação no Legislativo é essencial para os caminhos seguros da democracia". Esse engajamento cidadão não só amplia a transparência e a responsabilidade na gestão pública, mas também promove uma governança mais inclusiva e alinhada com os interesses da sociedade.

Com base nos estudos apresentados, pode-se afirmar que os canais de acompanhamento do orçamento público são essenciais para garantir transparência e accountability na gestão dos recursos governamentais, por meio de portais de transparência, audiências públicas e consultas populares, os cidadãos podem contribuir ativamente para monitorar como o dinheiro público é utilizado, fortalecendo assim os princípios democráticos e a eficiência administrativa.

“ A população selecionada compreendeu todos os docentes do quadro das instituições públicas de ensino superior no estado de Pernambuco, localizados a partir dos sites das IES, constando na página do e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior ”

3 Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem exploratória, tendo em vista que ela “busca estabelecer informações preliminares sobre um dado assunto estudado” (MAZUCATO, 2018), permitindo uma visão ampla do tema, identificando padrões e lacunas de conhecimento que podem direcionar futuras pesquisas. Considerando a abordagem do problema, optou-se por realizar uma pesquisa quantitativa, pois segundo Martins e Théophilo (2007, p. 109), consegue “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”, e justifica devido à necessidade de quantificar e analisar estatisticamente as percepções dos docentes sobre a transparência das informações contábeis do orçamento público.

Para coletar os dados, utilizou-se um questionário estruturado, conforme Quadro 1 (Apêndice B1), considerando que para Beuren (2008, p. 85) o método de estudo envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja entender melhor, envolvendo a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas sobre o tema estudado e, posteriormente, analisar quantitativamente essas informações para obter conclusões relevantes sobre os dados coletados. Este instrumento permitiu a padronização das perguntas e respostas, facilitando a comparação e análise dos dados quantitativos obtidos.

3.1 Modelo de tratamento dos dados

Foram realizados cruzamentos entre o perfil dos docentes e variáveis relacionadas à gestão financeira nas instituições de ensino superior públicas federais em Pernambuco. O tempo de atuação dos docentes foi relacionado ao nível de conhecimento sobre os instrumentos de controle institucional e social dos gastos públicos. Também foi cruzada a área de atuação dos docentes com sua percepção sobre o envolvimento no processo de elaboração do orçamento. Além disso, foi analisada a percepção sobre o processo de aprovação e alterações no orçamento de acordo, bem como a percepção da efetividade do controle da execução orçamentária com a experiência na gestão pública.

3.2 Amostragem

A população selecionada compreendeu todos os docentes do quadro das instituições públicas de ensino superior no estado de Pernambuco, localizados a partir dos sites das IES, constando na página do e-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior, com 4 Universidades Federais, sendo estas: a Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), e 2 Institutos Federais de ensino superior, sendo: o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE).

O operacional da pesquisa, deu-se acessando a página de cada curso e encontrando o quadro de docentes com seus respectivos e-mails. A pesquisa não foi direcionada a uma área específica de conhecimento, pelo critério de todo cidadão possui responsabilidade objetiva, sendo o questionário enviado a todos os docentes que tinham seus e-mails disponibilizados de forma pública e com acessibilidade, e tiveram adesão espontânea. Portanto, a pesquisa considerou apenas os e-mails acessíveis. Durante o envio do questionário, alguns e-mails retornaram devido a caixas de entrada lotadas ou desatualização dos endereços. No total, foram coletados cerca de 4.000 e-mails, mas a resposta ao questionário baseou-se no critério de adesão e acessibilidade dos docentes, recebendo retorno de 96 respondentes, distribuídos entre as seguintes instituições e os montantes de receitas realizadas no ano de 2023: UFAPE (2) receita realizada no montante de R\$ 58.414,34, IFPE (4) receita realizada no montante de R\$ 899.167,06, UNIVASF (4), UFRPE (42) receita realizada no montante de R\$ 1.542.295,90, e UFPE (44) receita realizada no montante de R\$ 23.140.825,35. Ressalta-se que não houve resposta dos docentes pertencentes ao IFSertão, receita realizada no montante de R\$ 58.414,34. O quantitativo total de respostas e a distribuição desigual entre as instituições deve ser considerada uma limitação do estudo, uma vez que a maioria das

respostas se concentra nas universidades federais (UFPE e UFRPE).

Quanto a coleta de dados, por meio de um questionário estruturado, com perguntas fechadas relacionadas ao nível da percepção dos docentes quanto às informações contábeis disponíveis sobre o orçamento destinado às IES públicas federais e controle social, foi elaborado uma Matriz de Amarração Teórica, conforme Quadro 2 (Apêndice B2), utilizando a escala Likert sendo 1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo parcialmente, 3 - Nem concordo, nem discordo, 4 - Concordo parcialmente, 5 - Concordo totalmente.

Antes do envio aos docentes, foi realizado um pré-teste com dois especialistas, sendo um da administração pública e outro em previdência privada, com o objetivo de assegurar a validade e a precisão das questões formuladas. A validação foi realizada para garantir que as perguntas fossem pertinentes e bem elaboradas, além de refletirem adequadamente os aspectos relacionados à transparência das informações contábeis e ao controle social nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais. Os professores forneceram orientações, ajustando o questionário para otimizar sua clareza, assegurando que os dados coletados fossem precisos e representativos das opiniões dos docentes sobre o tema em questão.

Em seguida o questionário foi encaminhado aos docentes por e-mail, inserindo no início do instrumento o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dividido em três partes: a primeira para identificar o perfil dos respondentes, compreendendo suas características socioeconômicas: tipo de vínculo com a IES, nível de escolaridade, nome da IES em que o docente atua, tempo de atuação profissional,

experiência prévia ou atual em cargos na administração pública em geral e/ou como gestor na universidade, e área de atuação profissional. A segunda parte, quanto ao acesso à transparência das informações contábeis do orçamento destinados às instituições de ensino superior, sendo: acompanhamento do orçamento destinado às IES, compreensão das leis que regem a transparência e acesso à informação, frequência do acesso ao portal de transparência das instituições e consideração quanto à facilidade de compreensão e acessibilidade das informações contábeis relacionadas ao orçamento das IES públicas federais em Pernambuco, disponibilizadas no portal de transparência das IES, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência.

A terceira parte do questionário tem como objetivo avaliar o conhecimento dos docentes sobre os controles institucionais e sociais dos gastos públicos, abordando: o nível de conhecimento sobre os instrumentos de controle institucional e social dos gastos públicos, percepção sobre o envolvimento e participação do docente no processo de elaboração do orçamento das IES, processo de aprovação e eventuais alterações no orçamento, efetividade do controle da execução orçamentária, nível de satisfação com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil nos processos de tomada de decisão relacionados ao orçamento e em relação à transparência das informações contábeis relacionadas ao orçamento destinado às IES públicas federais em Pernambuco.

4 Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Perfil dos Respondentes

Com 96 respondentes (sendo: 95 categorias concursados, e 1 na categoria

"Outro"), não houve registros de contratos temporários, conforme dados coletados revelam um perfil acadêmico qualificado, com predominância de títulos com Doutorado (53), o que demonstra um alto nível de especialização e formação entre os respondentes. No que diz respeito à experiência profissional, (73) dos respondentes possui trajetória como docentes concursados, atuando há mais de 10 anos, e (34) responderam não ter experiência na gestão. As áreas de atuação dos docentes mostram uma diversidade, com predominância nas Ciências Sociais Aplicadas distribuídos em sua maioria na UFPE e a UFRPE, influenciando as perspectivas e as experiências relatadas na pesquisa,



Quanto a coleta de dados, por meio de um questionário estruturado, com perguntas fechadas relacionadas ao nível da percepção dos docentes quanto às informações contábeis disponíveis sobre o orçamento destinado às IES públicas federais e controle social, foi elaborado uma Matriz de Amarração Teórica



sendo considerado um aspecto limitador desta pesquisa.

4.2 Percepção dos Docentes quanto ao acesso à Transparência das Informações Contábeis

As respostas foram obtidas em relação a quatro perguntas específicas, sendo estas: o grau de acompanhamento do orçamento, a compreensão das leis que regem a transparência, o acesso à informação, a frequência de acesso ao portal de transparência das IES, e a percepção sobre a facilidade de compreensão e acessibilidade das informações contábeis disponibilizadas no portal de transparência. Os dados apontam que, apenas (4) docentes concordam totalmente e, (8) concordam parcialmente que acessam o portal de transparência com frequência. Esse é um aspecto para reflexão dado que o Art. 48º visa garantir o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade sobre a execução orçamentária. O cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e, da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei nº 131/2009, no que se refere à transparência e ao acesso às informações sobre o orçamento das IES, bem como a NBC T 16.5, determina diretrizes para o registro e a apresentação das informações contábeis no setor público. A Lei de Acesso à Informação, no Art. 5º, estabelece que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação de maneira objetiva, ágil, transparente, clara e em linguagem acessível.

Os dados apontam 52 docentes relatou nunca ter acessado o orçamento das IES onde trabalham, e 49 afirmaram nunca ter acessado o portal de transparência, diante desses dados a Lei Complementar nº 101/2000, no Art. 48º, prevê que as informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser

“ Para que o controle social seja efetivo, é necessário que os cidadãos estejam cientes e utilizem as ferramentas disponíveis para a fiscalização e participação na gestão pública. Além disso, a análise deve considerar as teorias relacionadas à Teoria da Agência e ao controle social



amplamente divulgadas, em tempo real, em meios eletrônicos de acesso público. A percepção de que as informações contábeis não são de fácil compreensão para a maioria dos docentes, com 15 discordando totalmente e 13 discordando parcialmente desta afirmação, para leitura desse dado deve-se observar a diretriz da NBC T 16.5, onde o item 4 (b) destaca a importância da compreensibilidade, afirmando que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser entendidas pelos usuários, presumindo-se que eles tenham conhecimento do ambiente de atuação das entidades do setor público. A teoria da agência destaca a importância da transparência e da comunicação, entre os agentes (gestores públicos) e os principais (sociedade), conforme esclarece o estudo

de Niomar Fantinelli e Lana (2023), onde os conflitos de agência são comuns no setor público e podem ser mitigados pela aplicação dos princípios de governança e controle, que promovem a transparência e a responsabilização dos gestores, como exigida pela Lei de Acesso à Informação e pelas NBC Aplicadas ao Setor Público, destacando a necessidade para garantir que os gestores públicos ajam de acordo com os interesses da sociedade, reduzindo os problemas de agência através da disponibilização de informações compreensíveis e acessíveis a todos.

4.3 Resultados sobre os Conhecimentos dos Controles Institucionais e Social dos Gastos Públicos

A análise dos dados coletados sobre o nível de conhecimento dos docentes das IES em relação aos instrumentos de controle institucional e social dos gastos públicos indicam que, enquanto alguns instrumentos, como o Portal de Transparência e a Lei de Acesso à Informação, são relativamente bem conhecidos pelos docentes, outros, como a plataforma Fala.BR e o Plano Plurianual, têm um nível de desconhecimento significativo por parte dos docentes, podendo esta lacuna de conhecimento comprometer a capacidade de exercerem o controle e a participação ativa na gestão pública. O estudo de Cunha Filho e Xavier (2014) reforça que o envolvimento ativo dos cidadãos, ou no caso, dos docentes, no acesso à informação pública, pode aprimorar os serviços institucionais. Os dados também apontam que, apesar de uma parte considerável dos docentes conhecerem parcialmente a LAI, ainda há um número significativo que desconhece totalmente esse instrumento de transparência. Esse desconhecimento pode ser considerado

um risco para exercício democrático de participação, pois um dos princípios da LAI, é assegurar o direito fundamental ao acesso à informação e fomentar o controle social da administração pública, conforme o Artigo 3º, inciso V, e o estudo de Campos e Costa (2018) destacam a importância dos sistemas de informação, especialmente conselhos de administração, para reduzir a assimetria informacional e controlar o comportamento dos gestores.

Para que o controle social seja efetivo, é necessário que os cidadãos estejam cientes e utilizem as ferramentas disponíveis para a fiscalização e participação na gestão pública. Além disso, a análise deve considerar as teorias relacionadas à Teoria da Agência e ao controle social, relatados no estudo de Niomar Fantinelli e Lana (2023) reforçando que, a incorporação de cláusulas de padronização e a utilização de princípios de governança e controle ajudam a mitigar conflitos de agência e supervisionar a administração pública. Um comparativo foi realizado entre o nível de conhecimento sobre os instrumentos de controle institucional e social dos gastos públicos e o tempo de atuação dos respondentes como docentes nas instituições, sendo os resultados: quanto ao Portal da Transparência, observou-se que docentes com mais de 10 anos de atuação predominam no grupo daqueles que “conhecem parcialmente” (41) ou “conhecem plenamente” (15). Em relação à plataforma Fala.BR, há uma predominância significativa de desconhecimento total entre os docentes com menos de 10 anos de atuação. Esta assimetria informacional, conforme explicado por Leite e Ramos (2023), ocorre quando os agentes possuem mais informações do que os principais, devido à sua participação nas atividades organizacionais. Logo, o conhecimento

limitado sobre certos instrumentos por parte dos docentes pode sinalizar assimetria informacional, que impede um controle social adequado e a criação de



A percepção dos docentes sobre seu envolvimento e participação no processo de elaboração do orçamento das IES públicas federais em Pernambuco observa-se que, o envolvimento e participação dos docentes no processo de elaboração do orçamento das IES revela que a maioria dos participantes indicaram que não estão envolvidos no processo



valor por meio de práticas transparentes e responsáveis.

A percepção dos docentes sobre seu envolvimento e participação no processo de elaboração do orçamento das IES públicas federais em Pernambuco observa-se que, o envolvimento e participação dos docentes no processo de elaboração do orçamento das IES revela

que a maioria dos participantes (72 de 96) indicou que não estão envolvidos no processo, enquanto apenas uma pequena fração relatou estar moderadamente (3) ou altamente envolvida (1), podendo ter o risco contra os espaços democráticos para participação e controle social, conforme apontado por Souza (2015), a democratização não se limita apenas ao acesso à informação, mas envolve uma participação ativa da sociedade civil nos processos de decisão. Souza destaca que a participação democrática não apenas reforça o controle social, mas também obriga o Estado a prestar contas de suas ações, fortalecendo os mecanismos de governança pública. Logo, a falta de envolvimento dos docentes, conforme demonstrado pelos dados, sugere que as instituições de ensino superior federais em Pernambuco ainda enfrentam desafios para alcançar um nível adequado de participação democrática, o que é essencial para uma governança transparente e responsável, conforme destacado por Oliveira (2010).

Quanto a relação entre a área de atuação dos docentes e sua percepção sobre o nível de envolvimento e participação no processo de elaboração do orçamento nas IES, os dados apontam que, área de Humanas tem a maior quantidade de docentes que se percebem como “Não envolvidos” no processo (36), enquanto que as áreas de Exatas e Outros têm um número menor de respostas, porém, independente de área de conhecimento o acesso à informação é essencial segundo estudo de Ribeiro (2017), confirmando que o acesso à informação é essencial para garantir que todos os docentes possam participar de forma equitativa nas decisões institucionais, como a elaboração do orçamento.

Em relação à percepção dos docentes sobre o processo de aprovação e

eventuais alterações no orçamento das Instituições de Ensino Superior (IES), foi realizado um cruzamento de dados com o perfil dos respondentes, considerando a experiência prévia na gestão pública. Conforme os dados coletados é possível fundamentar a análise com base nos conceitos de gestão fiscal, transparência e participação democrática no orçamento público. No que diz respeito ao processo de aprovação e alterações no orçamento, observa-se uma predominância de percepções "neutras" e "pouco eficazes" entre os docentes sem experiência na gestão pública. Dos 34 respondentes deste grupo, 17 classificou o processo como "neutro", enquanto 14 o consideraram "totalmente ineficaz" ou "pouco eficaz". Esses dados indicam uma falta de envolvimento mais ativo dos docentes no planejamento orçamentário, o que evidencia a necessidade de maior participação, conforme destacado pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no artigo 48 incentiva a transparência e a participação popular nas discussões sobre planos e orçamentos públicos.

No que tange à percepção sobre a efetividade do controle da execução orçamentária, 5 docentes sem experiência em gestão pública apresentou uma avaliação classificando o controle da execução orçamentária como "eficaz" ou "altamente eficaz", reforçando a importância de ferramentas de planejamento público, como: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), promovem a execução eficiente do orçamento, conforme apontado por Da Silva et al. (2018). Nesse sentido, o estudo de Fantinelli e Lana (2023) argumentam que, por meio do controle e da governança, é possível mitigar conflitos de agência e



Os dados apontam que, docentes sem experiência em gestão pública têm uma percepção mais crítica do planejamento orçamentário, enquanto aqueles com mais experiência e gestores universitários demonstram uma visão mais favorável sobre o controle da execução orçamentária



supervisionar a administração pública, garantindo que o orçamento atenda aos interesses coletivos.

Os dados relacionados ao nível de satisfação dos docentes das IES, quanto à participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil nos processos de tomada de decisão relacionados ao orçamento dessas instituições, onde os participantes foram questionados sobre seu nível de satisfação em uma escala de 1 a 5, onde 1 representa "totalmente insatisfeito" e 5 representa "totalmente satisfeito", os dados apontam uma predominância de insatisfação entre os docentes quanto à participação da comunidade acadêmica e da sociedade

civil nos processos orçamentários, sendo a maioria dos respondentes indicou níveis de insatisfação, com 35 marcando "1" (totalmente insatisfeito) e 33 marcando "2". Apenas 19 respondentes se mostraram neutros (3), enquanto os níveis mais altos de satisfação foram com apenas 7 respondentes marcando "4" e 2 marcando "5" (totalmente satisfeito). Esses resultados apontam que há uma percepção de insatisfação sobre a participação e a transparência nos processos de decisão orçamentária, onde a efetiva transparência e a participação ativa são essenciais para garantir que as ações dos agentes estejam alinhadas com os interesses dos principais, conforme discutido no estudo de Leite e Ramos (2023).

A transparência nas práticas de gestão é essencial para que as universidades federais cumpram seu papel de promover a cidadania e prestar contas à sociedade, um aspecto que Souza (2015) destaca como um dever institucional. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), reforça esse princípio, conforme estipulado em seus artigos 3º e 5º. Ainda de acordo com a NBC T 16.5, que rege os registros contábeis no setor público, o item 4 (m) estabelece que as informações contábeis devem ser visíveis para a sociedade, refletindo de forma transparente a situação patrimonial e o resultado da gestão.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo principal identificar a percepção dos docentes das instituições públicas de universidades federais do estado de Pernambuco quanto à transparência das informações contábeis do orçamento destinado a essas instituições como controle social. Os objetivos específicos

foram a elaboração de um questionário estruturado, a categorização do perfil de conhecimentos dos docentes sobre o orçamento e os mecanismos de controle social disponíveis, e a análise da percepção dos docentes com base nos testes realizados.

Os resultados obtidos a partir do questionário revelaram evidências que a maioria dos docentes relatou nunca ter acessado o orçamento das IES e não ter consultado o portal de transparência. Em sua maioria os docentes consideram as informações contábeis de difícil compreensão, contrasta com o item 4 (b) da Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.5), sobre a compreensibilidade das demonstrações contábeis, e o item 4 (m) da mesma norma, que enfatiza a visibilidade e a necessidade de expressar, com transparência, a gestão e a situação patrimonial da entidade. A categorização do perfil de conhecimentos dos docentes indicou uma variação significativa no nível de conhecimento sobre o orçamento destinado às IES e os mecanismos de controle social disponíveis. Enquanto instrumentos como o Portal de Transparência e a Lei de Acesso à Informação são relativamente bem conhecidos, a plataforma Fala.BR e o Plano Plurianual, apresentam um nível considerável de desconhecimento. Essa lacuna pode comprometer um controle social efetivo, conforme o item 4 da NBC T 16.1. Observou-se também que, docentes com mais de 10 anos de atuação demonstram um maior nível de familiaridade com os instrumentos de controle e transparência.

Os dados também apontam que, docentes sem experiência em gestão

pública têm uma percepção mais crítica do planejamento orçamentário, enquanto aqueles com mais experiência e gestores universitários demonstram uma visão mais favorável sobre o controle da execução orçamentária. No entanto, ainda existem lacunas significativas na percepção de eficácia e transparência dos processos, sugerindo a necessidade de melhorias contínuas na gestão pública e na comunicação dos processos orçamentários, como destacado por Campos e Costa (2018). A análise dos dados revelou uma participação muito baixa dos docentes no processo de elaboração do orçamento. A Lei de Acesso à Informação (Art. 8º) estabelece que órgãos e entidades públicas devem promover a divulgação proativa de informações de interesse coletivo, o que não está sendo suficientemente cumprido nas IES.

Os resultados também indicam que a satisfação dos docentes com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil nos processos orçamentários é predominantemente negativa. Esta insatisfação corrobora a necessidade de melhorar os mecanismos de transparência e aumentar o envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade civil (Oliveira, 2010; Souza, 2015). A transparência nas práticas de gestão é essencial para que as universidades federais cumpram seu papel de promover a cidadania e prestar contas à sociedade, como defendido por Souza (2015). Para futuros estudos é proposto uma pesquisa qualitativa com formulários de entrevistas semiestruturadas com os docentes, com objetivo de compreender as demandas e necessidades de informações para estimular a participação efetiva

como cidadãos, proporcionando a responsabilidade objetiva pelos canais de controle social, fortalecendo o processo democrático.

Referências

- BATISTA, T.; ALADIM MONTEIRO, R.; RODRIGUES CHAGAS, M. J. Transparência e acesso à informação: um estudo nos municípios da microrregião do Seridó Ocidental Potiguar. *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 26, n. 1, p. 23-37, 30 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.17765/1516-2664.2021v26n1p23-37>.
- BEUREN, Ilse Maria et al. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BOLETIM do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. Os investimentos em infraestrutura e o futuro da educação superior pública federal no Brasil: uma análise dos últimos 23 anos. São Paulo: SoU_Ciência, v. 1, n. 02, nov. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Portal da Transparência. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- COSTA, F. L. da; CUNHA, A. P. G. Sete teses equívocas sobre a participação cidadã: o dilema da democracia direta no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 17, n. 54, p. 543-553, set. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000300007>.
- COSTA, Gislaíne Alves da; MACHADO, Daiane Pias; MARTINS, Vanessa de Quadros. A eficiência do controle social em licitações municipais: um estudo nos

- observatórios sociais. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, 2020, p. 112-133.
- CUNHA FILHO, Marcio C.; XAVIER, Vitor C. S. *Lei de Acesso à Informação: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Iures, 2014.
- DANIELE, S.; SILVA. A construção de uma cultura de transparência pública na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: um estudo de caso sobre a Lei de Acesso à Informação. *GUAL*, p. 25-46, 23 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2021.e74825>.
- DA SILVA, W. C.; ROCHA E MUCCI, C. B. M.; BAETA, O. V.; ARAÚJO, D. S. O planejamento estratégico na administração pública: um estudo multicaso. *Revista de Ciências Humanas*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3437>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- DI MARCO, Cláudio Augusto Ferreira e TERCI, Eliana Tadeu. *Transparência municipal e controle social: a visão dos observatórios sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação*. *Interações*, v. 23, n. 2, p. 313-330, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v23i2.2885>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- EDWARDS, L. *Transparência, publicidade, democracia e mercados: habitando tensões através do hibridismo*. *Cientista Comportamental Americano*, 64 (11), p. 1545-1564, 2020.
- e-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.
- GONÇALVES, Andréa de Oliveira; BILHIM, João de Abreu Faria; REZENDE, Ricardo Borges de; GONÇALVES, Rodrigo de Souza. *Prestação de contas e controle social: como o processo funciona*. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2021.
- GOMES, L.; CEZAR, J. A Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e a Gestão Pública / The Complementary Law 131/2009 (Transparency Law) and Public Management. ID on line. *Revista de Psicologia*, v. 13, n. 44, p. 796-810, 27 fev. 2019.
- IRVINE, H.; MOERMAN, L. Jogos de azar com a esfera pública: a contribuição da contabilidade para o debate sobre questões sociais. *Perspectivas Críticas da Contabilidade*, v. 48, p. 39, 2017.
- KALU, K. N. Entrepreneurs or conservators? Contractarian principles of bureaucratic performance. *Administration and Society*, v. 35, n. 5, p.539-563, 2003.
- KEESE COLOMBO, P. et al. Accountability em uma Instituição Federal De Ensino Superior: Possibilidades e Limitações no Contexto de uma Diretoria de Assistência à Saúde. *Desafio Online*, v. 10, n. 3, 2021.
- KOHAMA, H. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEITE, M.; RAMOS, A. Análise dos fatores determinantes da transparência na gestão pública dos estados brasileiros: uma abordagem à luz da teoria da agência. *GeSec*, v. 14, n. 4, p. 5785-5806, 26 abr. 2023.
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 2000. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei.../lc101_2000.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.
- Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 15 maio 2024.
- MACHADO, J. A. Federalismo e políticas sociais: conexões a partir da Teoria da Agência. *Revista do Serviço Público*, v.69, n.1, p.57-84, 2018.
- MAZUCATO, T. (Org.). *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico*. Penápolis: FUNEPE, 2018.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- NASCIMENTO, Érica Suélen do; PEREIRA, José Roberto. A transparência da informação contábil como instrumento de formação de esferas públicas. *Revista de Orçamento Público: a importância do orçamento participativo na gestão pública*. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 210-234, 2018. DOI: 10.32586/rcda.v15i2.389. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/389>. Acesso em: 10 maio 2024.
- NIOMAR FANTINELLI; LANA, J. Teoria da agência aplicada ao setor público: uma pesquisa bibliométrica e agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 13, n. 2, p. 267-279, 8 jan. 2023.
- OLIVEIRA, A. G. de; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão.

Revista de Administração Pública, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, out. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>.

OLIVEIRA, R. F. Curso de Direito Financeiro. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Precisamos evoluir em transparência? Uma análise dos estados brasileiros na divulgação de informações sobre a Covid-19. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 39, 2020, p. 3725-3739.

RAUPP, Fabiano Maury. Realidade da transparência passiva em prefeituras dos maiores municípios brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, [S. l.], v. 13, n. 30, p. 34-52, 2016. DOI: 10.5007/2175-8069.2016v13n30p34. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2016v13n30p34>. Acesso em: 10 set. 2024.

Resolução CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/>. Acesso em 15 mai. 2024.

Resolução CFC nº 1.132, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.5 – Registro Contábil. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/>. Acesso 15 mai. 2024.

RIBEIRO, Ana Maria de Almeida. A necessária transparência pública na UFRJ para uma gestão democrática. *Revista Práticas em Gestão Pública Universitária*, ano 1, v. 1, n. 2, p. 1-27, jun.-dez. 2017

SILVA, F. R.; CANÇADO, A. C.; SANTOS, J. C. D. Compreensões Acerca do Conceito de Controle Social. *Desenvolvimento em Questão*, v.15, n.41, p.24-58, 2017.

SILVA, S. S.; COSTA, R. S. Teoria da agência, stewardship e stakeholders: um ensaio sobre sua relevância no contexto das organizações. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 8, n. 3, p. 77-91, 29 ago. 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-4850-4323>. Acesso em: 13 set. 2024.

SOUZA, Wesley Silva de. Transparência e controle social: desafios para a gestão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a partir da Lei de Acesso à Informação. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2015.

VARGAS, A.; SILVA, J. R.; MOURA-ALMEIDA, F. M. Sociedade e o orçamento público: análise na cidade de Guaçuí-ES / Society and the public budget: analysis in the city of Guaçuí-ES. *Brazilian Journal of Business*, v. 2, n. 3, p. 3330-3339, 1 jan. 2020.

VILLORIA MENDIETA, M. ¿Qué condiciones favorecen una transparencia pública efectiva? Artículo de revisión. *Revista de Estudios Políticos*, n. 194, p. 213-247, 3 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.194.08>.



Marília Almeida Ferreira Mota

Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
marilia.fmota@ufpe.br
<http://lattes.cnpq.br/1953005222627141>



Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos

Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo (USP) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP - PPGCC. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Apêndice B: Tabelas, quadros, figuras e gráficos

Apêndice B1: Quadro 1: Dimensões e Variáveis sobre a Transparência e Participação no Orçamento das IES

Categorias	Variáveis
Nível de conhecimento dos docentes	Conhecimento sobre os instrumentos de controle institucional dos gastos públicos, e de controle social dos gastos públicos
Percepção sobre envolvimento e participação	Envolvimento dos docentes na elaboração do orçamento das IES; Participação dos docentes nos processos orçamentários
Conhecimento sobre o processo orçamentário	Conhecimento sobre o processo de aprovação do orçamento, e sobre as alterações no orçamento das IES
Efetividade do controle da execução orçamentária	Percepção da eficácia do controle sobre a execução do orçamento das IES
Nível de satisfação com a participação	Satisfação com a participação da comunidade acadêmica nos processos de decisão orçamentária, e da sociedade civil nos processos de decisão orçamentária
Transparência das informações contábeis	Percepção sobre a transparência das informações contábeis relacionadas ao orçamento, e a facilidade de acesso e compreensão das informações contábeis

Fonte: elaborado pelas autoras.

Apêndice B2: Quadro 2: Matriz de Amarração Teórica

Seções	Categorias	Item/ Norma	Fundamentos
Seção 1 - Perfil dos Sujeitos da Pesquisa	Ser do quadro permanente de uma das IES	-	-
Seção 2 - Percepção dos docentes quanto à transparência das informações contábeis do orçamento das IES	Q1. Acompanho o orçamento que é destinado às IES em que trabalho; Q2. Compreendo as leis que regem a transparência e acesso à informação nas IES, como a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência; Q3. Com frequência acesso o portal de transparência da instituição em que trabalho; Q4. Considero que as informações contábeis relacionadas ao orçamento das IES públicas federais em PE, disponibilizadas no portal de transparência das IES são de fácil compreensão e acessíveis, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência.	Art. 5º Art. 8º, § 3º	Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de novembro 2011)
		Art. 48º, parágrafo único, inc. II	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, alterada pela Lei nº 131
		Item 4, m	NBC T 16.5
		Teoria da Agência (Alinhamento de Interesses e Informação Assimétrica)	Machado, D. G., Fernandes, F. C., & Bianchi, M. (2016) Niomar Fantinelli; Lana, J. (2023) Leite, M.; Ramos (2023)
Seção 3.1 - Qual o nível de conhecimento sobre os instrumentos de controle institucional e social dos gastos públicos?	Portal da Transparência Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011) Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Lei Orçamentária Anual (LOA)	Item 4 e 6	NBC T 16.1
		Art. 3º, inc. V Art. 5º	Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de novembro 2011)
		Teoria da Agência	Machado, D. G., Fernandes, F. C., & Bianchi, M. (2016) Silva, S. S.; Costa, R. S. (2020)
Seção 3.2 - Nível de satisfação com a participação dos docentes, da comunidade acadêmica e, da sociedade civil nos processos de tomada de decisão relacionados ao orçamento das IES públicas federais em PE Nível de satisfação em relação à transparência das informações contábeis relacionadas ao orçamento destinado às IES públicas federais em PE	Participação do docente e da comunidade acadêmica e civil nos processos de tomada de decisão relacionados ao orçamento Transparência das informações contábeis relacionadas ao orçamento destinado às IES públicas federais em Pernambuco	Art. 48º, parágrafo único, inc. I	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, alterada pela Lei nº 131
		Teoria da Agência (Monitoramento)	Machado, D. G., Fernandes, F. C., & Bianchi, M. (2016) Silva, S. S.; Costa, R. S. (2020)

Fonte: elaborado pelas autoras.



Custeio das Atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Política Pública de Desenvolvimento Regional (PNDR) no Brasil

José Antonio De França

Resumo

Este artigo propõe, como inquietação de pesquisa, investigar a convergência dos eixos estratégicos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com os compromissos do Projeto BRA/20/008, no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), e também com as metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) formalizados no Acordo de Paris. Em complemento a essa inquietação propõe, como objetivo, identificar as fontes recursos, por Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que fomentam o custeio das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento

e Inovação (PD&I) e, a partir destas fontes de recursos, desenvolver modelo teórico-analítico, determinístico, com especificação capaz de calcular o valor do custeio. Os FDR que fomentam as fontes de recursos são o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Os resultados da pesquisa são robustos por identificar convergências integral e parcial, assim como não convergência, identificar as fontes de recursos por FDR e respectivas percentagens aplicáveis. Por fim, desenvolve o modelo teórico-analítico, determinístico, com a finalidade de calcular o valor dos recursos destinados

ao custeio das atividades de PD&I. Como considerações finais, fica a sugestão e convite para que pesquisas subsequentes possam obter os dados do orçamento de cada fonte de recursos por FDR, por ciclos de horizonte de tempo, operacionalizar o modelo teórico-analítico determinístico e apresentar à sociedade o montante dos recursos que possam ser investidos no desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, para melhoria da qualidade de vida da população como preconiza a PNDR.

Palavras-chave. Desenvolvimento regional. Custeio das atividades de PD&I. Qualidade de vida da população. PNDR/ Projeto BRA/20/008 e metas ODS.

1. Introdução

Este artigo apresenta resultados de pesquisa que investiga as fontes de financiamento destinadas ao custeio das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), como parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no Brasil, objeto do Projeto BRA/20/008 - Plano de Recuperação das Atividades Econômicas Pós-Covid 19, com ênfase no desenvolvimento regional e da infraestrutura, conduzido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A PNDR é concebida pelo arcabouço legal de um Marco Regulatório¹ que converge para promover o desenvolvimento integrado e sustentável das regiões geográficas Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

O Projeto BRA/20/008 é uma combinação de esforços do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e do MIDR, em torno de um agrupamento de políticas públicas, sinérgico, com compromissos internacionais que alinham metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas do governo brasileiro, em promover ações de fomento à inovação, como importante vetor do desenvolvimento regional.

As metas que alinham os eixos estratégicos da PNDR aos ODS têm por finalidade atender à proposta do Projeto BRA/20/008, que é identificar como **(a)** garantir a geração de renda e emprego no país; **(b)** promover ganhos de produtividade e escala; **(c)** estimular a inovação e a qualificação da mão-de-obra; **(d)** fortalecer as condições de concorrência e de resiliência econômica

das empresas envolvidas; e (e) gerar externalidades positivas para a economia como um todo.

Os eixos estratégicos da PNDR estão focados no desenvolvimento produtivo; na ciência, tecnologia e inovação; na educação e qualificação profissional; na infraestrutura econômica e urbana; no desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e, por último, no fortalecimento da governança dos entes federativos.



Esses fundos, especiais e de desenvolvimento regional, são tipificados como de natureza contábil e natureza financeira, em função da modalidade de gestão dos recursos.



O financiamento elegível para o custeio das atividades de PD&I é aportado pelos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDR) vinculados às Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência do Desenvolvimento Nordeste (Sudene) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Os FDRs, instituídos após a Constituição Federal de 1988, por meio de Leis Complementares (LC), são o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)², o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

(FDNE)³ e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)⁴, cujo histórico se reporta aos Fundos Especiais recepcionados na Constituição Federal de 1934, como projetos em que são alocadas receitas para realização de objetos específicos, à época, com prioridade para educação.

Os fundos especiais também foram recepcionados pelas normas gerais de direito financeiro (Brasil, 1964) que orientam a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, bem como na Constituição Federal de 1967 que quantifica o aporte de recursos a fundo especial com destinação regulada em lei tendo em vista a aplicação do sistema tributário estabelecido na citada Constituição.

Esses fundos, especiais e de desenvolvimento regional, são tipificados como de natureza contábil e natureza financeira, em função da modalidade de gestão dos recursos⁵. Os fundos de natureza contábil são fundos financiados por disponibilidade financeira evidenciada em registros contábeis, destinados a atender saques, diretamente, contra a conta do Tesouro Nacional. Os fundos de natureza financeira são financiados por aporte de recursos financeiros do Tesouro Nacional depositados em estabelecimentos oficiais de crédito, destinados a atender a saques previstos em programação específica, de acordo com cronograma previamente aprovado (Brasil, 1986). Então, a diferença conceitual entre fundo de natureza contábil e fundo de natureza financeira reside na forma de operacionalização de saques da conta do Tesouro Nacional.

As fontes de recursos destinadas

¹ Marco Regulatório da PNDR - Decretos Nº 4.793/2003; 6.047/2007; 9.810/2019 e 11.962/2024.

² FDA instituído pela LC Nº 124 de 2007.

³ FDNE instituído pela LC Nº 125 de 2007.

⁴ FDCO instituído pela LC Nº 129 de 2009.

⁵ Art. 71 do Decreto n.º 9.382/1986.

ao custeio das atividades de PD&I, fomentadas com recursos aportados por cada um dos três FDR que esta pesquisa se propõe investigar, têm gestão atribuída e compartilhada com as da Sudam, Sudene, Sudeco e MIDR.

Para qualquer que seja a modalidade de operacionalização dos recursos que compõe o orçamento de cada um dos três fundos (FDA, FDNE, FDCO), cada um deles é uma entidade contábil, com controle e patrimônio distintos, mas este conceito não implica o fundo ter personalidade jurídica.

Como consta do marco regulatório, a PNDR tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intraregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população, com fundamento na mobilização planejada e articulada das ações federal, estadual, distrital e municipal, públicas e privadas, por meio das quais programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A motivação deste artigo, com base no contexto apresentado, conduz à inquietação e aos objetivos da pesquisa. A inquietação da pesquisa é investigar se há convergência dos eixos estratégicos da PNDR aos compromissos do Projeto BRA/20/008 e às metas propostas pelos ODS. Os objetivos da pesquisa são identificar as fontes recursos, por FDR, que fomentam as atividades de custeio das atividades de PD&I e, a partir destas fontes de recursos, desenvolver modelo teórico-analítico, determinístico, com a finalidade de calcular o valor do custeio destinado às atividades de PD&I.

Este artigo não incorpora no seu objetivo calcular o valor dos recursos financeiros destinados ao custeio das atividades de PD&I, sendo essa tarefa uma atribuição de novas pesquisas quando os dados estiverem disponíveis na política de dados abertos.



Como consta do marco regulatório, a PNDR tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intraregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população



Os resultados esperados, com pleno atendimento da inquietação e do objetivo de pesquisa, constituem relevante contribuição para a política pública de dados abertos, como instrumento de prestação de contas à sociedade, porque publiciza tema ainda pouco explorado pela literatura e que deve ter ampla divulgação para fortalecer o processo de *accountability* dos agentes públicos e privados que gerenciam recursos da sociedade.

Para além dessa seção introdutória (1), o artigo está estruturado em mais quatro seções, sendo Contexto institucional regulatório (2), Contribuições da literatura (3), Metodologia de pesquisa (4), Discussão do conteúdo informacional dos resultados (5), Considerações finais (6), e por último Referências.

2. Contexto institucional regulatório

Nesta seção são apresentadas sínteses dos contextos regulatórios da PNDR, das atividades de PD&I do Projeto BRA/20/008 e das metas dos ODS relacionadas com os eixos estratégicos da PNDR. Mais detalhes poderão ser obtidos nos atos regulatórios de tema.

2.1 Contexto regulatório da PNDR

Após a redemocratização do Brasil, no último quartil do segundo milênio (1988), foi instituída a atual PNDR (Brasil, 2003; Brasil, 2007), com atribuições compartilhadas entre as três esferas de Governo (federal, estadual/distrital e municipal), com a finalidade de reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregional e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população (Brasil, 2019).

Para além dessa finalidade, são definidos sete princípios, quatro objetivos, oito estratégias e sete eixos estratégicos que podem ser consultados em Brasil (2019) e Brasil (2024), em que constam os instrumentos de planejamento e instrumentos de financiamento.

As definições dessa política maior, PNDR, são replicadas no Projeto BRA/20/008 - custeio das atividades de PD&I, objeto da pesquisa abordada neste artigo.

2.2 Contexto regulatório da PD&I - Projeto BRA/20/008

A política institucional de custeio às atividades de **PD&I** é regulada pelas Leis Complementares 124 e 125, ambas de 2007, e Lei Complementar 129 de 2009, que criaram o FDA, o FDNE e o FDCO, respectivamente. Citadas leis estabeleceram a forma de financiamento do custeio das atividades de **PD&I** pelos três Fundos, em ciclos de horizonte de tempo, a partir da instituição de cada Fundo, associando bases de cálculo e percentagens, para mensurar o valor que cada Fundo deve aportar para financiar o custeio das atividades da PD&I.

A associação dos ODS aos eixos estratégicos da PNDR, deu origem às cinco ações do Projeto BRA/20/008 – Plano de Recuperação das Atividades Econômicas Pós-Covid 19, já elencadas no terceiro parágrafo da introdução (seção 1). Essas atividades se associam ao cronograma estabelecido pelo MIDR, a ser executado no quadriênio 2024 a 2027 (Brasil, 2023; Brasil, 2024), no contexto do Plano Regional de Desenvolvimento, assim segregado: **(a)** Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), **(b)** Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), e **(c)** Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

2.3 Contexto dos ODS

O contexto dos 17 ODS defendidos e formalizados no Acordo de Paris, em 2015, durante a COP 21, recepcionados pelo governo brasileiro (MCTIC⁶), cuja discussão preliminar foi ampliada no Brasil, em 2012, durante a Conferência Rio+20, estimulam políticas públicas globais e domésticas orientadas à

sustentabilidade do planeta, dentre eles seis mostram-se associados ao contexto da PNDR e ao Projeto BRA/20/008 como mostra a discussão dos resultados, mais adiante (seção 5).

(a)ODS2. Fome zero e agricultura sustentável

(b)ODS4. Educação de qualidade

(c)ODS8. Trabalho decente e crescimento econômico

(d)ODS9. Indústria, inovação e infraestrutura

(e)ODS10. Redução das desigualdades

(f)ODS13. Ação contra a mudança global do clima.



O contexto dos 17 ODS defendidos e formalizados no Acordo de Paris, em 2015, durante a COP 21, recepcionados pelo governo brasileiro, cuja discussão preliminar foi ampliada no Brasil, em 2012, durante a Conferência Rio+20, estimulam políticas públicas globais e domésticas orientadas à sustentabilidade

3. Contribuições da literatura

Nesta seção são abordadas as contribuições mais relevantes associadas ao contexto da PNDR e ODS que sustentam o Projeto BRA/20/008.

Araújo (1999) discute a necessidade de formulação e implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil contemporâneo, porque entende que o tema saiu da pauta da discussão nacional diante das ideias liberais. Argumenta que a dinâmica regional entregue apenas às decisões do mercado tende a exacerbar seu caráter seletivo e, por isso, sugere que uma nova abordagem à questão regional brasileira seja discutida.

Em pesquisa que avaliou o marco regulatório dos instrumentos de políticas de desenvolvimento regional no Brasil, com ênfase nos Fundos Constitucionais de Financiamento e nos Fundos de Desenvolvimento, Oliveira Júnior (2011) observa que os recursos públicos aplicados no desenvolvimento regional privilegiam incentivos fiscais e financeiros, com destaque para o crédito ofertado por instituições financeiras oficiais, em melhores condições do que as ofertadas pelo mercado, e que neste contexto há poucos investimentos em infraestrutura que reduziriam os custos de logística.

Analisando dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Resende et al. (2015) destacam a importância do esforço do Brasil na redução das desigualdades regionais, e entendem que, apesar da elevação dos recursos de financiamento da política regional brasileira, é necessária a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para permitir o financiamento de territórios adicionais às macrorregiões. Entendem também

⁶ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações



que devem ser disponibilizados recursos não reembolsáveis para apoiar ações estratégicas, mas reconhecem que isto seria um desafio. A contribuição dos autores é relevante para a pesquisa porque as atividades de PD&I são financiadas com parte de recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional FDA, FDNE e FDCO que integram a PNDR.

Gumiero (2023) analisou a trajetória dos 20 anos da PNDR para identificar acertos e também obstáculos que impedem sua implementação. Conclui que os programas da agenda regional e mesorregional foram alocados no Plano Plurianual 2004-2007 e que essa alocação permite a aplicação e execução dos recursos orçamentários, mas entende que, mesmo com esse avanço, não é possível afirmar ter havido

fortalecimento institucional porque há necessidade de instrumentalização por meio do próximo PPA, 2024-2027, com dotação orçamentária ao MIDR para que seja cumprida a execução, dada a legitimidade institucional, que valida a aplicação da PNDR nas áreas territoriais abrangidas.

4. Metodologia de pesquisa

O modelo de pesquisa utiliza métodos qualitativo e quantitativo. O método qualitativo aplica a abordagem bibliográfica descritiva para investigar o contexto institucional regulatório da PNDR, vinculado às ações dos FDR, para identificar as variáveis que sustentam o cálculo do custeio das atividades de PD&I, por FDR, em cada unidade de ciclo

de tempo. O método quantitativo propõe a abordagem analítica para mensurar o total dos recursos financeiros destinados ao custeio da PD&I, por FDR e unidade dos ciclos do horizonte de tempo, a partir dos achados do método qualitativo. Os dois métodos, em conjunto, satisfazem à inquietação e objetivo da pesquisa.

Para estimação do total das Fontes de Recursos (FR) destinadas ao custeio da PD&I ($FR_{PD\&I}$), aportado pelos três FDR (FDA, FDNE e FDCO), propõe-se o modelo analítico especificado pela Equação 1 seguinte (Eq. 1).

4.1 Modelo de mensuração dos recursos destinados ao custeio da PD&I ($FR_{PD\&I}$)

$$\sum FR_{PD\&I} = \sum_{i=1}^I V_{FDA_i} * P + \sum_{j=1}^J V_{FDNE_j} * P + \sum_{k=1}^K V_{FDCO_k} * P \quad (\text{Eq. 1})$$

Em que **FR** é o total das fontes de recursos financeiros destinadas ao custeio das atividades de PD&I; **V** é a verba que define a base de cálculo do custeio das atividades da PD&I em cada FDR; **P** é a percentagem que define o valor destinado ao custeio das atividades de PD&I, por FDR, em cada unidade dos ciclos do horizonte de tempo; **i,j,k** identificam cada unidade de tempo de início de cada FDR; e **I,J,K** são as unidades de tempo final de cada ciclo do horizonte temporal, por FDR. Os FDRs (FDA, FDNE e FDCO) estão identificados na seção introdutória do artigo.

O resultado ofertado pelo modelo é o volume total de recursos financeiros aportado por todos os fundos, em todos os ciclos do horizonte de tempo,

destinados ao custeio das atividades de PD&I. Porém, o modelo especificado não será testado neste artigo, sendo uma contribuição para pesquisa futuras quando os dados do Projeto BRA/20/008 forem disponibilizados, em política de dados abertos, ou cedidos pelo MIDR.

5. Discussão do conteúdo informacional dos resultados

A discussão apresentada nesta seção segrega o conteúdo informacional dos resultados da investigação conduzida pela pesquisa em associação do marco regulatório da PNDR aos compromissos do Projeto BRA/20/008 e às metas dos ODS; identificação das fontes de financiamento das atividades de custeio

da PD&I; e modelo de precificação dos recursos destinados custeio das atividades da PD&I.

5.1 Associação do marco regulatório da PNDR aos compromissos do Projeto BRA/20/008 e às metas dos ODS

A investigação conduzida no arcabouço do marco regulatório da PNDR identificou sete atividades associadas com **(a)** desenvolvimento produtivo; **(b)** difusão do conhecimento, da tecnologia e da inovação; **(c)** educação e qualificação profissional; **(d)** infraestrutura econômica e urbana; **(e)** desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; **(f)** fortalecimento da governativas dos entes federativos; e **(g)** meio ambiente e sustentabilidade.

No Projeto BRA/20/008, os compromissos das atividades identificadas são **(a)** garantir a geração de renda e emprego no país; **(b)** promover ganhos de produtividade e escala; **(c)** estimular a inovação e a qualificação da mão de obra; **(d)** fortalecer as condições de concorrência e de resiliência econômica das empresas envolvidas; e **(e)** gerar externalidades positivas para a economia como um todo, todas já declaradas na seção introdutória.

A revelação da pesquisa que investigou metas de ODS associadas à PNDR e aos compromissos do Projeto BRA/20/008 são **(a)** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da

nutrição e promover a agricultura sustentável - **ODS 2**; **(b)** assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos - **ODS 4**; **(c)** promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos - **ODS 8**; **(d)** construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação - **ODS 9**; **(e)** reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles - **ODS 10**; e **(f)** tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos – **ODS 13**.

A associação dos eixos estratégicos da PNDR às metas dos ODS e aos compromissos do Projeto BRA/20/008, demonstrada na **Tabela 1**, é conduzida de forma linear e revela que a inquietação de pesquisa é satisfeita porque dos sete eixos estratégicos, cinco se associam a seis dos dezessete ODS, e seis estão associados aos compromissos do Projeto BRA/20/008. Neste contexto, os eixos estratégicos “Difusão do conhecimento, da tecnologia e da inovação” e “Fortalecimento da governança dos entes federativos” não estão linearmente associados a metas dos ODS e “Meio ambiente e sustentabilidade” não se associa linearmente aos compromissos do Projeto BRA/20/008.

Tabela 1: Associação dos eixos estratégicos da PNDR ao Projeto BRA/20/008 e às ODS

PNDR - Eixos estratégicos	ODS - Metas	Projeto BRA/20/008 - Compromissos
(a) Desenvolvimento produtivo	(c) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos - ODS 8	(b) Promover ganhos de produtividade e escala
(b) Difusão do conhecimento, da tecnologia e da inovação	Não encontrada meta de ODS linearmente associado	(c) estimular a inovação e a qualificação da mão de obra
(c) Educação e qualificação profissional	(b) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos - ODS-4	(c) estimular a inovação e a qualificação da mão de obra
(d) Infraestrutura econômica e urbana	(d) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação - ODS-9	(d) fortalecer as condições de concorrência e de resiliência econômica das empresas envolvidas
(e) Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais	(e) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles - ODS 10 (a) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável - ODS 2	(e) gerar externalidades positivas para a economia como um todo (a) garantir a geração de renda e emprego no país
(f) Fortalecimento da governança dos entes federativos	Não encontrada meta de ODS linearmente associado	(e) gerar externalidades positivas para a economia como um todo
(g) Meio ambiente e sustentabilidade	(f) Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos – ODS 13	Não encontrado compromisso do Projeto BRA/20/008 linearmente associado

5.2 identificação das fontes de financiamento das atividades de custeio da PD&I

A investigação conduzida pela pesquisa, com uso do método bibliográfico descritivo, identificou, por FDR e ciclos temporais, as denominações de verbas e

percentagens que conduzem ao cálculo do valor destinado ao custeio da PD&I, como exibido na **Tabela 2**. Este achado é significativo porque, a partir dele, foi conduzida a especificação do modelo analítico proposto pela **Eq. 1** para totalização dos recursos destinados ao custeio da PD&I, independentemente de

o fundo ser de natureza contábil ou de natureza financeira. Então, os achados da **Tabela 2** cumprem a primeira parte dos objetivos da pesquisa que é identificar as fontes de recursos e as respectivas percentagens, por FDR, em cada ciclo do horizonte de tempo, a partir da instituição de cada FDR.

Tabela 2: Associação dos eixos estratégicos da PNDR ao Projeto BRA/20/008 e às ODS

Fundo	Ciclo de tempo	Fontes de recursos (FR)	Percentagens(P)
FDA	2007 a 2011	Recursos liberados (V)	1,5%
	2012 a 2016	Produto do retorno das operações de financiamentos concedidos (V)	1,5%
	2017	Recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhes forem consignadas no orçamento anual (V)	5%
	2018 em diante	Produto do retorno das operações de financiamentos concedidos (V)	1,5%
FDNE	2007 a 2011	Recursos liberados (V)	1,5%
	2012 a 2016	Produto do retorno das operações de financiamentos concedidos (V)	1,5%
	2017	Recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhes forem consignadas no orçamento anual (V)	5%
	2018 em diante	Produto do retorno das operações de financiamentos concedidos (V)	1,5%
FDCO	2009 a 2016	Recursos liberados (V)	2%
	2017	Dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais (V)	5%
	2018 em diante	Recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos (V)	1,5%

Fonte: MP 2.156-5/2001; MP 2.157-5/2002; LC 124/2007; LC 125/2007; e LC 129/2009.

5.3 Modelo de precificação dos recursos destinados custeio das atividades da PD&I

O modelo de precificação dos recursos destinados ao custeio da PD&I está especificado pela Equação 1 (Eq.1) na seção "4. Metodologia de pesquisa". O modelo é linear e determinístico. A resposta do modelo segrega por FDR, em cada unidade de ciclos do horizonte de tempo, o montante dos recursos destinados ao custeio da PD&I. Então, com estas evidências, a segunda parte dos objetivos da pesquisa, que é desenvolver modelo teórico-analítico

determinístico para calcular do valor do custeio destinado às atividades de PD&I, também está satisfeita.

As evidências demonstradas na Tabela 2 se referem às respostas da abordagem bibliográfica descritiva, qualitativa, utilizada na investigação do marco regulatório da PNDR.

5.4 Síntese dos resultados da pesquisa

A metodologia utilizada conduziu às respostas da pesquisa demonstradas nas Tabelas 1 e 2. Esses resultados mostram coerência dos eixos estratégicos da

PNDR com os compromissos do Projeto BRA/20/008 e, de ambos, com metas de seis dos dezessete ODS. Essas evidências sustentam que a inquietação e objetivos da pesquisa foram satisfeitos.

Ainda que as evidências encontradas sinalizem um significativo avanço no arcabouço do marco regulatório da política pública voltada ao desenvolvimento regional, esses avanços ainda são seminais e, por isso, carecem de aplicação empírica para validação do modelo, com dados da execução orçamentária, por projeto e no agregado da PNDR. Assim também a sustentabilidade dessa

política pública, PNDR, ainda não pode ser avaliada porque não são observados dados disponíveis para desenvolvimento de modelo de investigação do seu êxito, aplicado à associação dos eixos da PNDR aos compromissos do Projeto BRA/20/008 que possibilite avaliar o avanço em relação às metas dos ODS.

6. Considerações finais

O artigo, como parte da pesquisa conduzida para investigar convergência entre os eixos estratégicos da PNDR, compromissos do Projeto BRA/20/008 e metas propostas pelos ODS, apresentou evidências de que há convergência integral, convergência parcial e não convergência com metas de ODS.

Para obtenção dos resultados, a pesquisa investigou o arcabouço do marco regulatório da PNDR, norteado por Leis Complementares e legislação de hierarquia inferior, os compromissos do Projeto BRA/20/008, objeto dos esforços do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e do MIDR, e as metas dos ODS formalizadas no Acordo de Paris.

Para além dos resultados da convergência, a pesquisa identificou as verbas do orçamento de cada FDR, associadas às respectivas percentagens, por ciclo do horizonte temporal, que alimentam o modelo analítico determinístico, que tem por finalidade ser utilizado para calcular e totalizar os recursos destinados ao custeio das atividades de PD&I.

Por fim, por não ser objeto do artigo, calcular e totalizar os recursos destinados ao custeio das atividades de PD&I, fica o convite e sugestão para pesquisas subsequentes obter os dados numéricos de cada fonte de recursos, por FDR e unidades de tempo dos ciclos de cada horizonte temporal, para testar o modelo teórico determinístico e apresentar à sociedade o volume de recursos a ser investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Por ser uma pesquisa em andamento, os resultados são parciais e isso constitui sua própria limitação.

Referências

Araújo, T.B.(1999). Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Revista Econômica do Nordeste. V. 30, N. 2, p. 144-161.

Brasil. (1964). Lei 4.320 que institui normas de direito financeiro.

Brasil. (1986). Decreto 9.382/1986 fundos especiais.

Brasil. (2003). Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (Decreto 4.793/2003). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4793.htm.

Brasil .(2007). Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR (Decreto 6.047/2007). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm.

Brasil. (2019). Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Decreto 9.810/2019). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810imprensa.htm.

Brasil. (2023). Orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional para os exercícios de 2024 a 2027, bem como para integração com a política de Incentivos Fiscais. (Portaria 2.252/2023). <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/conselho-deliberativo-do-desenvolvimento-do-centro-oeste-condel-sudeco-1/reuniao-extraordinaria/22a-reuniao-ordinaria/ii-ordem-do-dia/d-proposicao-no-04-2024/portaria-no-2-252-de-4-de-junho-de-2023/view>.

Brasil. (2024). Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Decreto 11.962/2024). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm.

Gumiero, F.G. (2023). Trajetória da Política Nacional do Desenvolvimento Region-

al (PNDR): Fases e Problemáticas para a Sua Implementação no Brasil. RBGDR. V.19, Nº3.

Oliveira Júnior, M. (2011). Marco Regulatório Das Políticas de Desenvolvimento Regional No Brasil: Fundos de Desenvolvimento e Fundos Constitucionais de Financiamento. Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado. Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-101-marco-regulatorio-das-politicas-de-desenvolvimento-regional-no-brasil-fundos-de-desenvolvimento-e-fundos-constitucionais-de-financiamento>.

Resende et al (2015). Ipea. Brasil: Dez Anos Da Política Nacional De Desenvolvimento Regional (Pndr). Boletim regional, urbano e ambiental. Vol. 11.



José Antonio de França

Doutor em Contabilidade e em Economia
Professor Emérito
Pesquisador Colaborador pleno do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Governança e Inovação em Políticas Públicas/FACE/UnB Universidade de Brasília
franca@itecon.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8233-3620>
<http://lattes.cnpq.br/7124125130377391>

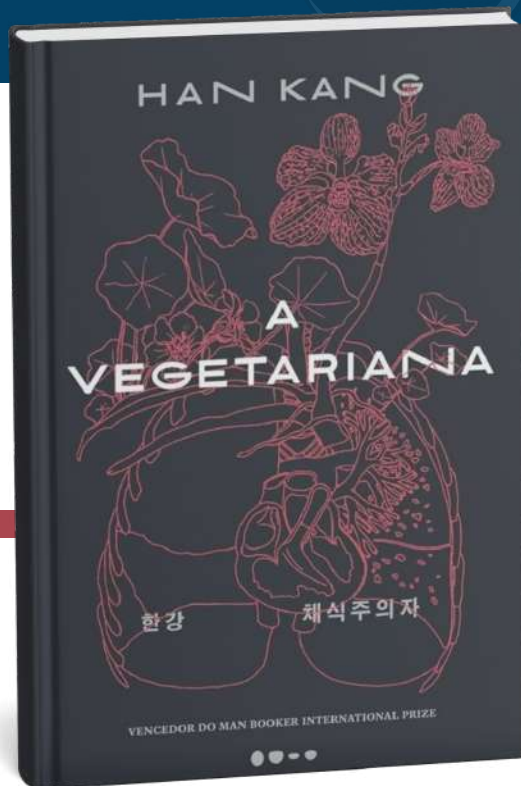


Editor: Clóvis Belbute Peres

Cara leitora e caro leitor,

Não podemos iniciar o ano sem abrir uma exceção justificável: uma escritora sul coreana ganha pela primeira vez o Nobel de Literatura. Apesar de ampla obra, o romance mais impactante mereceu inquestionavelmente e excepcionalmente seu lugar nessa coluna. O desafio será incentivar sua leitura sem entregar as surpresas (spoiler não permitido!) Tentemos! Feliz 2025!

Título: A Vegetariana
Título em inglês: The Vegetarian
Autor: Han Kang
Editora: Todavia
Ano: 2018



A tradução para o português do romance que projetou internacionalmente a escritora coreana, nascida em 1970, é de 2018, mas a obra ganhou projeção internacional em 2024 com o reconhecimento da autora pela Academia Sueca.

Interessantemente, porém, o texto original é bem mais antigo. Cada uma das 3 principais partes foi publicada em coreano entre 2004 e 2005 e reunidas em volume único, batizado com o nome Chaeshikjueuija (A Vegetariana), em 2007. A tradução para a língua inglesa somente ocorreu em 2015! O resto é história e o best-seller foi traduzido em mais de 30 idiomas.

Li o livro e ouvi o audiolivro. Difícil dizer qual é mais perturbador. A narração reforça o ar sombrio, por vezes desesperador, de toda a trama, mas a leitura propicia uma imersão sem igual. Ambos os meios despertam uma angústia que nos faz refletir sobre nossa própria existência.

A genialidade da trama reside na profundidade dos temas que restam

adormecidos nas vidas mais banais. A protagonista é Yeong-hye, esposa convencional de um Sr. Cheong, que confessa a perseguição de uma existência monótona em tudo o que faz (inclusive na escolha da esposa, que o fez de forma metódica e desapaixonada). Isso até notar (logo no início da obra) que sua mulher parou de comer carne após um sonho estranho sobre sofrimento animal. Incrédulo, vê sua rotina ruir, incapaz de se conectar com quem nunca se conectara verdadeiramente.

O que poderia ser uma escolha alimentar simplória torna-se uma epopeia de incompreensão, abuso e desespero. A família e o entorno de Yeong-hye, patriarcais e conservadores, não entendem como uma mulher pode "rebelar-se" dessa forma e uma trajetória de desafio à sanidade mental inicia-se.

A trama evolui com a chegada de mais personagens, foco da segunda parte da novela, na qual, como a arte imita a vida,

os abusos e repressões incitam os desejos e desaguam em relações amorosas, frustração, culpa e discriminação.

Os padrões rígidos da sociedade e da família estão em todo lugar no plot!

Por fim, na terceira e última parte, a relação entre humanos e plantas torna-se ainda mais surreal e intensa, tal qual a saúde mental da personagem. Sua identificação com as árvores são uma fuga de um mundo de crueldade, banalidade e intolerância, mas nos desafia a refletir sobre empatia, solidariedade e fraternidade. Estariam esses sentimentos tornando-se "divergentes" em um mundo mecânico, brutalizado e trivial?

A obra não é trivial e se pudesse ser resumida em uma palavra talvez o vocábulo seria "inquietante". Uma das maiores joias da literatura contemporânea. Uma excelente leitura para inaugurar 2025!

SE TEM VALORIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO E
PROJETOS PARA
DESENVOLVIMENTO
DOS PROFISSIONAIS
TÊM ABRACICON!



ABRACICON